

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

MFA: LIBERAL NA POLÍTICA? AUTORITÁRIO NA ECONOMIA!

A POLÍCIA E O EXÉRCITO REPRIMEM TRABALHADORES EM LUTA NO RIBATEJO:

No dia 15, Terça-feira, os serviços municipalizados foram ocupados pela E. P. C. (Escola Prática de Cavalaria) e pela PSP.

No dia 16, a E. P. C. e a PSP abandonaram as instalações pois havia empregados interessados em trabalhar (10 a 15% do total do pessoal). O conselho de administração ameaça que os trabalhadores serão suspensos se não se apresentarem ao serviço (será um primeiro passo para os despedimentos?).

A GREVE CONTINUA

Antes destes acontecimentos, a comissão de luta dos trabalhadores da

Federação dos Municípios do Ribatejo divulgara o seguinte comunicado:

AOS OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS, EMPREGADOS, ESTUDANTES, A TODO O POVO DO RIBATEJO,

Na Federação de Municípios do Ribatejo mais de 150 operários não ganham sequer o miserável salário de 3300\$00. O horário, depois do estudo de uma comissão de «trabalhadores» continua em 48 horas semanais, trabalhando-se mais de nove horas e meia por dia. Os miseráveis dias de férias não são quase nunca gozados na altura escolhida pelos trabalhadores (contra o que foi decidido pelos trabalhadores em Assem-

bleia Geral). Alguns podem gozar as férias quando querem, outros só quando lhes derem (e é quando lhes dão; há muitos casos de operários que não gozam as férias sequer).

E quando os trabalhadores começam a organizar-se, logo surgem as ameaças de despedimento do pessoal eventual, justificadas à pressa com o facto de as obras passarem a ser feitas por empreitadas (como se o empreiteiro, além de ter que pagar ao pessoal não ficasse com uma grossa fatia do bolo como lucro).

A par disto tudo os preços sobem todos os dias, para os patrões poderem viver cada vez mais na abundância, a classe operária tem que viver cada vez mais na miséria. A subida do custo de vida despeja mensalmente dos bolsos do

povo e enche os bolsos daqueles que vivem sem fazerem nada, sugando o sangue do povo. Enquanto nós apenas temos o «direito» de morrer de fome, outros passeiam-se pela Europa ou passam férias no Algarve. Esses lacaios da burguesia no poder são responsáveis pela exploração, pela fome e pela miséria de muitas casas de operários. Muitos de nós não foram aumentados e aqueles que foram aumentados receberam mais uma miséria que daqui a alguns meses já não terá qualquer valor devido à subida de preços.

Camaradas: apertar o cinto do povo e alargar o cinto da burguesia sempre foi a política dos exploradores e dos seus governos. E porque é que isso acontece? Porque, camaradas, não é o povo

que está no poder. É preciso não termos ilusões: para a classe operária poder viver, o capitalismo tem que morrer. Só assim os exploradores deixarão de roubar o povo, por mais democratas que queiram parecer.

Quando os trabalhadores pedem aumento de salários, os lacaios da burguesia no poder vêm dizer que não podem dar, porque a lei não permite, mas quando o código fascista prevê ajudas de custo de 100\$00 e os trabalhadores não recebem nem um centavo, já não fala em lei. Quando um decreto fixa 3800\$00 como salário mínimo e os trabalhadores continuam a receber 120\$00 (o que dá 3130\$00 por mês, em média) por dia, não se fala em lei.

(Continua na pág. 2)

A POLÍCIA PRENDE TRABALHADORES EM LUTA NO PORTO (SOBRE OS ACONTECIMENTOS NA SOARES DA COSTA, VER AS PÁGINAS CENTRAIS) PORQUÊ? TENTAMOS ANALISAR NO EDITORIAL A RAZÃO DA ACTUAÇÃO ANTI-OPERÁRIA DO MFA

EDITORIAL

Setenta polícias cercaram, no Porto, pouco mais de uma dezena de grevistas, prenderam-nos, desocupando assim as instalações e permitindo ao patrão acabar com a greve. (Ver nas páginas 4 e 5 deste número a questão da prisão das camaradas grevistas da Soares da Costa. Apenas para recordar um outro exemplo recente, mencionemos o desmantelamento da ocupação durante a greve da Federação dos Municípios do Ribatejo, levada a cabo pelo MFA).

Já não é a primeira vez, depois do 25 de Abril, que forças armadas, ou militarizadas, assaltam empresas em greve, expulsando os trabalhadores (a TAP é o caso mais conhecido), ou ameaçam fazê-lo, como há meses com os CTT.

Mas, por essa altura, o MFA não tinha ainda surgido claramente à luz do dia como força bem caracterizada, era uma sombra que rondava pelos corredores de Belém e pelos gabinetes da grande finança ou da alta tecnocracia. Porque não se mostrava abertamente ao público, muitos, porque mais ingénios ou desprevenidos, julgavam o MFA não-responsável por

essa repressão aos trabalhadores, ou pelo menos impotente para a impedir. (Mas essa situação evoluiu. Agora, o MFA controla as forças militarizadas). Esse fantasma, como lhe chamávamos no Editorial do número 4, surge agora claramente e começa a definir-se em público. O 28-29 de Setembro assinala a transformação do MFA de fantasma em realidade palpável e por essa razão — além de muitíssimas outras — será talvez um corte mais importante na evolução das instituições políticas portuguesas do que o próprio 25 de Abril.

O MFA que aparece assim no aspecto político, com a prisão de alguns dos principais cabecilhas do antigo regime, como um libertador do povo, aparece no aspecto económico, com a continuação e o desenvolvimento da repressão aos trabalhadores dos CTT, da TAP, da Lisnave, da Soares da Costa e tantos outros, como um instrumento da exploração. Libertador na política, e ultra-autoritário na economia — que contradição!

II

Mas — será uma contradição?
Será que o MFA é um libertador, ou de libertador só tem o aspecto?

(Continua na pág. 3)

ENTREVISTA NA A. CAETANO (PORTO)

Na fábrica A. Caetano, onde se faz e repara carrocerias de camionetas, os 80 operários serralheiros — que o patrão para pagar salários mais baixos colocou no grupo dos carpinteiros — estiveram em greve de solidariedade para com um camarada despedido do dia 9 de Agosto a 1 de Outubro.

Ouçamo-los:

C — Como é que se iniciou o processo de luta?

OP. A — O processo de luta iniciou-se no dia 18/7 por despedimento de um técnico, porque esse técnico se recusou a elaborar uma lista do despedimento de 40% do pessoal. Ora, a partir daí nós tivemos uma posição — ir para a greve, solidários com o agente técnico; mas fomos coagidos pelo patrão e por um cunhado do patrão, tenente da força aérea, por meio de pistolas, pinguelins, etc. Mas isso não chegou para nós intimidar, mas houve lá cerca de seis indivíduos que furaram a greve e os nossos intentos saíram frustrados, quer dizer, o técnico foi despedido e no dia 9/8 foi despedido o primeiro camarada e as palavras do patrão foram que ele não fosse desanimado porque atrás dele iriam mais, e daí concretizaram-se os despedimentos de 40%. Ora, a partir daí todos os camaradas se solidarizaram com ele e entraram em greve. Chamada à gerência foi recusada qualquer conversação entre esta e os operários, e por isso a greve prolongou-se até ao dia 1/10.

A greve prolongou-se até ao dia 3 de Setembro, altura em que o patrão foi convidado a ir ao INT para fazer a negociação; recusou-se terminantemente a reconhecer a comissão, mas como as horas se passassem negociou nestes termos: assinou um documento jurando por honra dele que no prazo de dois dias enviaria um indivíduo com plenos poderes para negociar o caderno reivindicativo do pessoal da empresa. Acontece que os dois dias passaram e ele não mandou ninguém.

C — Em que consistia o caderno reivindicativo?

OP. A — Até aí o único objectivo era a readmissão do camarada despedido, mas a partir do dia 3/9 começamos a pedir o pagamento integral do tempo de greve.

C — Qual tinha sido a justificação do patrão para despedir esse camarada?

OP. A — A justificação dele foi que não havia serviço, o que aliás é uma pura mentira pois ainda agora se pode verificar que na empresa há trabalho para toda a gente e para mais alguns que ele queira meter. Isso foi uma manobra dele, dizendo desde início que não havia trabalho, inclusive ele tinha trabalho cá fora, não queria carregar carros, durante o tempo da greve foram detectadas cartas no escritório em que ele se recusava a dar orçamentos a empresas que lhe pediam para carregar carros. Mais uma manobra dele para ter o pretexto que não tinha serviço.

B — Ora note-se uma coisa: quando o técnico foi despedido por se recusar a elaborar uma lista para despedir 40% do pessoal, passados 4 dias depois é ter começado a greve, veio à fábrica um casal a servir de intermediário do A. Caetano, perguntando o que se passava. A esposa de um encarregado, passados alguns dias foi chamada à presença desse casal que lhe perguntou se o encarregado era a favor dos operários ou era contra. Ela respondeu que não sabia, pois estava na defensiva. Então o casal disse: os operários têm muita razão em defender esse camarada que foi despedido, o patrão é um grande «torção», vocês não cedam nada. Nós estivemos com uma lista na mão em que tinha 40 indivíduos para ser despedidos. Ora se nós formos a ver que os indivíduos que trabalham na fábrica são 80, a lista dos despedimentos não seria de 40% mas sim de 50% do pessoal.

C — Como são as condições de trabalho na fábrica?

A — As condições de trabalho são muito fracas. Na parte de serralharia

não há protecção adequada para os trabalhadores. Na parte de pintura isso é mesmo o caos, não têm ventiladores, não têm nada. Acontece que se estiverem a pintar encarnado, o operário está ali a gramar aquele nevoeiro todo e até mesmo passados dois dias anda a expector encarnado, se for a verde anda a expectorar verde. Se a pintura for demorada é difícil distinguir a uma certa distância as pessoas dentro da oficina, por causa da poeira que paira no ar. Não têm ventilação adequada, aliás a pintura devia processar-se dentro de uma estufa, o que não acontece. Máscaras também não temos, e as que temos são impossíveis de ser utilizadas. Verifica-se também que nas instalações sanitárias não há água quente pois a água vem de um poço e vai para um depósito. Ora um indivíduo que trabalhe como nós que trabalhamos debaixo dos carros e apanhamos aquela coisa toda, tem necessidade de um duche e se calhar ser Inverno não podemos pois a água é geladíssima.

B — Além disso o depósito está aberto, não tem cobertura nenhuma que o abrigue de poeiras e de bicharada. Não será tempo de as autoridades que representam estes organismos por termo a estas inunidades?

A — Uma ocasião veio cá um inspector do Instituto (I) estavam a pintar, e o encarregado geral veio a correr para dizer ao indivíduo que parasse de pintar para dissipar o nevoeiro. Na ocasião eu tive uma posição de força e disse ao indivíduo para continuar a pintar, mas claro o delegado sindical à beira do encarregado geral não é nada e o indivíduo até parou mesmo de pintar. Eles andaram lá a fazer a inspecção, escreveram muita coisa, disseram que não havia protecção adequada, que os indivíduos deviam ter óculos e essa coisa toda...

B — Note-se uma coisa: quando vem qualquer inspecção à firma A. Caetano nunca se vê que essa fiscalização defende realmente os interesses dos trabalhadores.

Até dá a entender a todos os trabalhadores da firma que quando eles vêm cá vão é fazer a inspecção à carteira do Sr. A. Caetano. Há mesmo provas que esses indivíduos estão subornados pela entidade patronal com notas de mil, e eles vão lá mas é para «singlês» ver, fazem a revista e depois vão logo embora com a carteira recheada. Ora eu acho que esses indivíduos que deviam obrigar a entidade patronal a cumprir a lei, que vêm as coisas realmente mal feitas e fecham os olhos, são uns reacçãoários, andam a roubar os trabalhadores, a dar cabo da saúde dos operários. Até hoje ainda não houve inspecção nenhuma rigorosa às instalações da firma. O que eles fazem é deitar areia nos olhos dos operários e à saída lá levam o dinheiro na carteira. Ora nós pedíamos a todos os organismos oficiais que fizessem verdadeiras inspecções às empresas e que tomassem medidas mais drásticas, pois que há problemas muito graves para a saúde dos operários.

Além disso é preciso que se saiba quem é o Sr. A. Caetano — este senhor tira trinta contos de aluguer da fábrica quando a fábrica é dele; tira trinta contos de ordenado para ele mais 15 para o filho e 15 para a esposa, note-se uma coisa — o filho e a esposa não fazem nenhum aqui dentro; compraram máquinas de lavar loiça e a roupa e debitua-as na firma; tem sete carros, entre os quais um «Mercedes» de 700 contos. Diz aplicar 1400 contos em obras para fugir aos impostos apresentando poucos lucros, quando ele este ano não gastou mais de 8 contos. Vemos pois que o Sr. Alfredo comete grandes falcatruas.

Veio um perito que não fez nada. Nós operários da A. Caetano pedimos ao Ministério das Finanças o mais urgentemente possível uma peritagem à firma para descoberta de possíveis falcatruas e uma revista geral ao escritório da sua residência, à garagem onde tem documentos, aos arquivos, e se possível à casa dele em Francos.

C — Durante a greve foram eleitos delegados? Como foram eleitos e de que maneira funcionavam?

B — Reuniram-se os trabalhadores no sindicato e por votos da maioria elegeram-se um subdelegado. A empresa ficou

com um delegado e um subdelegado sindical. Mais tarde foi marcada uma assembleia de empresa no sindicato para se elegerem dois delegados de segurança. Estes foram eleitos, pois na empresa se alguém se atrevesse ao princípio da manhã tinha que esperar até à tarde para poder ir ao seguro, assim como para estudarem as condições de segurança no trabalho. Passados tempos o sindicato propôs a todos os delegados que se criassem comissões de trabalhadores em todas as empresas metalúrgicas. Em assembleia geral elegeram-se essa comissão.

A — Essa comissão foi eleita democraticamente antes de se iniciar a greve; nessa comissão elegeram-se o presidente e o vice-presidente e outro trabalhador para não ir toda a comissão negociar mas só estes três.

C — Qual a evolução do processo de greve?

A — A greve prolongou-se. Entrámos em negociações em 25-9 onde o patrão disse só se reconheceria o trabalho a 1-10 pois iria proceder a um inventário do material que estava dentro da empresa. Nós tínhamos a consciência tranquila e verificou-se que não faltava nada. Os operários mostraram mais uma vez ser mais honestos que o patrão. Este inventário foi feito por três indivíduos do patrão e três da comissão. Nós aceitamos as condições postas pelo advogado do patrão: readmissão do operário despedido, reconhecimento da comissão sindical e a abertura do portão principal (as entradas e saídas estavam até então a ser controladas através do portão da residência). Nós só abdicamos do tempo da greve pois até então tinha impedido a voz da razão, mas a partir daí comecei a falar a voz da fome. Muito embora tenham sido lançadas campanhas de solidariedade, a verdade é que só tínhamos recebido 5 contos porque senão a greve prolongar-se-ia com uma vitória mais justa para nós, não digo o pagamento integral mas parcial do tempo de greve. Retomámos o trabalho no dia 1, tudo corre normalmente, e é claro que ainda esperamos a repressão, mas também cá estaremos para dar a última palavra.

C — Surgiram problemas durante o tempo de greve?

B — Houve um indivíduo que é controlador do escritório que ao princípio colaborou com a comissão mas que passou algum tempo, dirigiu-se aos membros da comissão para o deixarem, pois ele lá deixá-la, pois tinha sido metido nela sem saber para o que ia. Como é que ele não sabia para o que ia, se tinha anteriormente colaborado conosco numa carta que havíamos enviado ao sindicato, em que ele próprio chamava nomes ao patrão? Mas tarde este trabalhador ameaçou destruir a comissão. O patrão mandou chamar 5 ou 6 elementos da comissão e disse-lhes que havia de partir a comissão a meio, e quem quisesse que poderia escrever ao sindicato para se demitir. O tal controlador de escritório passou a subornar três ou quatro elementos, ele próprio escreveu a carta dele para o sindicato, mas antes que esta chegasse a comissão de trabalhadores dirigiu-se ao sindicato e expulsou esses quatro elementos que se estavam a tornar nocivos à classe trabalhadora. Elegeram-se outros quatro elementos para o substituir. Descobrimos também dois ou três elementos no seio dos trabalhadores e expulsámo-los pois eram informadores do patrão. No meio de todos nós houve 14 que tomaram a atitude patronal. Ora nós consideramos esses indivíduos «amarelos» pois tentaram dividir-nos. Na noite de 26 para 27 foram lançados panfletos pelo filho do patrão e por amigos dele; era um escárnio em nome desses 14 trabalhadores expulsos por nós, insultando a comissão de trabalhadores. Ora nós perguntamos se será lícito pessoas estranhas aos interesses dos trabalhadores, que tanto sofreram durante estes 2 meses de luta, espalharem panfletos? Estes indivíduos são reacçãoários.

C — Como se desenvolveu a campanha de solidariedade para com a vossa luta?

A — Uma greve começa-se e nunca se sabe quando acaba. Ora nós queríamos que ela tivesse acabado o mais depressa possível, mas havia o problema número um: a readmissão do nosso camarada. Ora andam muitas pessoas a espalhar o boato que os operários da A. Caetano não querem trabalhar. Pois isso é completamente falso. Como o patrão sabia que todos nós estávamos unidos na luta pela reintegração do nosso camarada despedido, começou a empurrar tempo para que houvesse reacção no nosso meio e quando nós sentíssemos falta de dinheiro seríamos obrigados a rendermo-nos pela fome. Ora nós começamos a ver isso e começamos a pedir apoio. Abordamos elementos do P.C. a quem dissemos que estávamos a ficar economicamente muito fracos. O P.C. lançou uma campanha de solidariedade e tem algum dinheiro, cerca de 20 contos, mas isto para oitenta trabalhadores o que é? Numa reunião de delegados sindicais metalúrgicos o sindicato entregou listas para lançar um movimento de solidariedade nas empresas. Ainda não recebemos os fundos que o

sindicato conseguiu angariar. Nós próprios criámos algumas listas — 80 — mas a maior parte delas vieram vazias e só conseguimos recolher 5 contos.

B — Agradecemos a todos aqueles que realmente nos apoiaram pois foi uma grande ajuda para a nossa causa. E assim como nós precisamos durante esta greve, qualquer operário dessas empresas que possam vir a travar lutas idênticas à nossa, com certeza que irão também precisar de apoio, e nós estaremos prontos a apoiá-lo conforme as nossas possibilidades.

A — Mandámos notícias para os jornais diários, embora saibamos que quem só lê esses jornais pouco se preocupa com os problemas dos trabalhadores. Há outros jornais que estão mais interessados em divulgar e apoiar as lutas dos trabalhadores. Veio cá a «Voz do Trabalhador», mas um indivíduo do P. C. coagiu o pessoal a não dar a entrevista. Eu não estive de acordo e até me prontifiquei a dar a entrevista, mas a comissão para não criar problemas convenceu-me a não dar a entrevista. No entanto, não achei que tenha sido uma maneira democrática, os indivíduos coagiram o pessoal a não dar a entrevista.

C — Como funcionava a ocupação da fábrica?

A — Na parte de dia estava a maioria do pessoal na fábrica. A noite havia um piquete com uma média de nove operários, esses operários no dia a seguir estavam dispensados e iam para casa. Em grande parte dos dias estavam lá elementos do P.C. e do sindicato.

C — Em que contribuiu a vossa luta para a unificação dos operários, para o avanço da vossa luta face ao patrão e ao patronato em geral? Os operários da A. Caetano têm alguma coisa a dizer aos outros camaradas das outras fábricas que possivelmente irão ter lutas idênticas?

A — Esta luta quanto a mim é um espelho para os operários das outras

empresas e que deveriam de facto futuramente tomar a mesma posição que nós tomámos. Actualmente contamos com a repressão na nossa empresa. Devemos estar preparados para situações idênticas principalmente no que respeita a questão monetária pois nesta luta que travámos tivemos um prejuízo elevadíssimo. Para um operário 12 contos é uma fortuna.

Hoje processou-se o pagamento do tempo atrasado de Agosto e houve diversas deficiências no pagamento. Acontece que o pessoal continua todo unido e no caso de o patrão não pagar hoje, conforme estava no contrato, já declaramos greve para a próxima 2.ª feira. Esta possível greve não será como a anterior, com redução de 50% da mão-de-obra. É uma greve para nós mais vantajosa porque nós ficamos privados da remuneração. Portanto se eles não se prontificarem a repor aquilo que faltou, 2.ª feira fazemos outra greve de redução de tempo e não uma greve sem trabalhar pois isso iria prejudicar-nos.

B — Fizémos o balanço e achamos que agora o melhor método será uma greve com redução de 50% da mão-de-obra, porque o patrão vê o dinheiro a fugir e é obrigado a dar aquilo a que realmente o trabalhador tem direito.

C — Já tinham travado alguma luta antes desta?

A — Tínhamos feito uma greve antes do 25 de Abril, por altura do Contrato Colectivo de Trabalho em que o patrão queria fazer um reajustamento mas nós queríamos que ele cumprisse na íntegra o contrato. Assim entrámos em greve mas foi logo paralisada pois ele prontificou-se a pagar na ocasião.

(I) Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (C).

(2 Outubro, 1974)

C = Combate

TRABALHADORES EM LUTA NO RIBATEJO

(Continuação da pág. 1)

O que é que tudo isto quer dizer? Quer dizer que sob a capa da democracia e da liberdade ficou tudo como dantes: os operários que pedem aumento de salários que lhes permitam não morrer de fome são fascistas, são agentes da CIA, estão ao serviço da reacção, enquanto que os patrões que aumentam os preços são democratas. Não é oportuno pedir aumento de salários, mas é oportuno aumentar os preços. É preciso não nos ludirmos, camaradas: mudámos de patrão mas não mudámos de ladrão. No passado dia 7, os trabalhadores da Federação dos Municípios do Ribatejo, aprovaram um Caderno Reivindicativo, do qual constavam entre outros os seguintes pontos:

- 40 horas semanais;
- 6000\$00 como ordenado mínimo;
- Saneamento daqueles que contribuíram para manter a miséria de muitos trabalhadores;
- Creche, cantina e supermercado no local de trabalho;
- Assistência médica gratuita;
- Passagem dos eventuais ao quadro imediatamente;
- 26 dias úteis de férias;
- Subsídio de férias e de Natal iguais à média ponderada dos salários.

Na quinta-feira, dia 10, esse caderno reivindicativo foi apresentado ao conselho de administração. Um grupo de «trabalhadores» (leia-se encarregados) agrediu selvaticamente algumas pessoas que eles consideravam como responsáveis pela movimentação de trabalhadores; aliás, já anteriormente tinham posto a circular um abaixo assinado que muitas pessoas assinaram sob coacção perdendo a expulsão de três trabalhadores, que eles consideravam agitadores. A demonstração que a assinatura desse abaixo assinado foi feita sob pressão, está no facto de que grande parte dos trabalhadores o repudiou exigindo inclusivamente que riscassem o seu nome alguns dos que tinham assinado.

A agressão os trabalhadores responderam imediatamente e firmemente que não continuariam a trabalhar nem mais um minuto sob as ordens daquela camarilha reacçãoária, pelo que sexta-feira foi aprovada a paralisação do trabalho, com ocupação das instalações, enquanto não fosse feito o saneamento.

A exigência de saneamento, formulada em abstracto no caderno reivindicativo foi assim concretizada com nomes, dos que sendo considerados «fascistas notórios» desencadaram todo um processo repressivo e de intimidação que o conselho de administração se recusou a julgar no seu enquadramento político.

Ferente estas manobras reacçãoárias e provocatórias que visavam dividir os trabalhadores, estes souberam erguer-se em bloco, respondendo à violência reacçãoária com a violência revolucionária própria da sua situação de explorados.

Foi decidido pelos trabalhadores manter a greve até segunda-feira, dia 14, às 17 horas, data em que seria dada a resposta do conselho de administração. Os trabalhadores decidiram também que só aceitariam a satisfação integral das suas reivindicações, e nunca a esmola de algumas (as mais inofensivas). Foi também decidido continuar a greve, caso o caderno não fosse aprovado, apesar das ameaças veladas do conselho de administração e do governador civil, dizendo que «a greve não era permitida», etc. Mas os trabalhadores não se intimidaram e mantiveram firmemente a sua decisão de continuar a luta pelos seus justos objectivos, mantendo a greve com ocupação.

Em resposta aos boatos e calúnias levantados pelos elementos reacçãoários cuja posição se encontrava ameaçada, os trabalhadores em greve responderam que a sua luta não era contra o povo, mas sim contra a exploração e a repressão, pelo que continuavam a assegurar o fornecimento normal de água e luz. Também não se pretende despedir ninguém arbitrariamente. Pretende-se isso sim desmantelar a máquina fascista.

Camaradas: a nossa luta é a luta de todo o povo português contra a exploração capitalista, contra a exploração do homem pelo homem, contra a dominação da burguesia. A vitória dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

Comissão de Luta dos Trabalhadores da Federação dos Municípios do Ribatejo

MORTE AO FASCISMO!

EM FRENTE NA LUTA PELO PAO!

VENCEREMOS PORQUE O POVO VENCERÁ!

EDITORIAL

CONT. DA PÁGINA I

Prendeu cabecilhas do salazarismo e do marcelismo, mas afastou inteiramente desse processo as massas trabalhadoras. Utilizou milhares de trabalhadores para fazerem barreiras nas estradas, impedindo a saída das camionetas e a entrada das armas, mas o verdadeiro campo das operações situava-se noutra lado: nos debates com o que era então a maioria da JSN (Spinola, Galvão de Melo, Neto, Silvério Marques); na prisão de alguns dos chefes políticos do regime deposto; nas conversações entre os chefes do COPCON e os chefes de partidos que, apesar de se dizerem a favor dos trabalhadores, têm até agora mantido inteiramente secretos não só o resultado dessas conversações, como até a sua realização. Afastados os trabalhadores do campo em que se tomavam as decisões políticas, foram utilizados como instrumento suplementar nas barreiras de estrada, para serem finalmente rendidos pelo exército, por imposição do COPCON e pressão de partidos vários.

Não há ninguém que possa libertar os trabalhadores a não ser os próprios trabalhadores. Não se assiste à Liberdade pela televisão, nem à revolução pelos áudio-visuais. O critério é simples neste mundo aparentemente complicado da luta das classes: ou são as massas trabalhadoras que conduzem elas próprias a luta, desenvolvendo na sua prática as novas formas de organização social, ou então se os trabalhadores permanecerem passivos ou afastados da decisão dos aspectos fundamentais da luta, a libertação da vida social não se dará, e nada se passará além da mudança de uma forma de Estado e de exploração para novas formas de exploração e de opressão.

Se pusermos lado a lado a aparente liberdade política do MFA e o seu real programa económico, que vemos?

— Autorizam-se os partidos políticos, mas para apoiar por todas as formas — imprensa, rádio, leis e armas — aqueles partidos reformistas que se têm mostrado os melhores travões das greves e restantes lutas dos trabalhadores.

— Dá-se liberdade sindical, mas os sindicatos são entregues autoritária e burocraticamente aos reformistas. É que ao grande capitalismo português interessa uma relativa elevação dos salários, que permita, aumentando o mercado interno, elevar os investimentos e, assim, diminuir a moeda acumulada, travando, no mesmo passo, a inflação. O sindicalismo é pensado pelo MFA em função desse aumento do mercado interno, e não como campo da união da classe operária e de reforço da sua coesão na luta.

— Apela-se para os saneamentos, não para permitir que os trabalhadores tenham um maior controlo sobre o seu trabalho nem para diminuir as hierarquias, mas para, continuando o mesmo sistema de trabalho e as mesmas hierarquias, substituir os empresários e os administradores de uma cor política pelos de outra cor. Para o MFA os saneamentos significam prosseguir com outros homens o regime capitalista.

— Reconhece-se politicamente a liberdade das colónias mas, em primeiro lugar, para que o Estado possa subsidiar com o dinheiro antes gasto na guerra as grandes empresas monopolistas; em segundo lugar, com a intenção de prosseguir uma linha neo-colonial; em terceiro lugar, para quebrar o isolamento face aos países da Ásia e da África, bem como da Europa de Leste, ou seja três quartos do globo, aumentando assim o âmbito do mercado externo do capitalismo português.

A liberdade política que o MFA promove não é contraditória com a repressão económica que pratica, porque essa liberdade política (ou seja, o poder de discussão e de decisão) se oferece às classes exploradoras. Vive-se hoje, no nosso país, um período em que o capitalismo altera as instituições do Estado, para poder prosseguir com eficácia a exploração económica. Não se pode reorganizar o aparelho de Estado sem que se generalize a discussão, que pode chegar a ser muito aguda, entre os tecnocratas (que são os gestores nas empresas e os administradores estaduais), os capitalistas de Estado já existentes (que são quem domina e orienta as empresas que o Estado possui) e os capitalistas privados. Este ambiente de discussão significa que, no momento actual, o regime se encontra aberto a estas três grandes camadas exploradoras, ampliando a sua base social relativamente aos regimes anteriores. Mas este alargamento tem fronteiras muito precisas — para onde começa a repressão aos trabalhadores.

Esta liberdade política e a repressão económica não são contraditórias, porque a liberdade política que hoje existe em Portugal é dada ao capitalismo para discutir a forma como lhe agradaria que decorresse nos próximos tempos a exploração económica.

III

Em geral, o que se passa é que o papel do Estado na economia capitalista se desenvolve cada vez mais, convertendo-se assim muitos dos que hoje são tecnocratas (gestores nas empresas privadas) em capitalistas de Estado (organizadores do trabalho e da exploração nas empresas de que o Estado se apropriou). Fala-se hoje muito — na imprensa burguesa, está claro, mas também na de uma dita esquerda socialista — numa «via original de Portugal para o socialismo» que o MFA corporizaria. É, na verdade, uma via para o capitalismo de Estado, e a sua originalidade lusitana não reside tanto em cada um dos seus elementos, como na sua combinação:

— Que o desenvolvimento do capitalismo de Estado assente fundamentalmente no exército e não em partidos civis, não é original, como o mostram os casos do Peru, do Brasil, da Etiópia, para não falar de outros países africanos.

— Que os partidos políticos tenham, pois, uma função secundária relativamente ao exército, também não é original.

— Mais original, embora não inteiramente, é a tentativa de integração pacífica dos grandes capitalistas privados num sistema de capitalismo de Estado, de forma que, deixando de ser proprietários privados das empresas, que o Estado passa a possuir, continuam como gestores principais dessas empresas ou dos ramos de actividade que elas dominam. A Polónia após 1945, por exemplo, ou, mais recentemente, a Birmânia (entre outros) tiveram um processo semelhante. Nada garante que em Portugal essa integração pacífica se faça. Mas ela pode resultar porque o elevado grau de concentração em certos grupos capitalistas faz com que a relação entre os principais accionistas e a propriedade seja puramente formal, de modo que eles assemelham-se já mais a gestores do que a proprietários privados no sentido clássico. Acresce que a fraqueza da economia nacional no contexto da concorrência mundial faz que só uma concentração rápida do capital permitirá ao capitalismo português manter o lugar (já nada famoso...) que tem ocupado; ora, nenhum grupo privado português é suficientemente forte para poder proceder a tal concentração; só o Estado a pode realizar (veja-se a fusão, projectada para breve, de todas as empresas petrolíferas, sob o controlo estadual). Daí o interesse que os capitalistas privados podem ter na transformação da sua propriedade em propriedade de Estado, desde que eles mantenham, no seio da nova burguesia de Estado, um papel dominante.

É esta via original para o capitalismo de Estado que está hoje a processar-se em Portugal, e que o 28-29 de Setembro acelerou. A grande burguesia e a tecnocracia podem não conseguir realizá-la, mas pensam já esta via e tentam aplicá-la — o que é um facto histórico suficientemente importante.

IV

E a luta dos trabalhadores portugueses contra o capitalismo de Estado em desenvolvimento? Seguirá ela o caminho que seguiu nos outros países, ou seja, a derrota nos combates que até agora têm travado? Ou triunfaremos nós do capitalismo de Estado em desenvolvimento? — O que por enquanto é, como diria a imprensa burguesa, «original».

A vitória na luta do proletariado nunca pode, de resto, consolidar-se num país isolado. Só a união internacionalista das lutas e a sua orientação numa estratégia comum são a garantia do triunfo.

No entanto, para nos restringirmos a Portugal, a característica fundamental da luta que os trabalhadores portugueses actualmente desenvolvem reside no facto de todas as experiências de vanguarda se processarem exteriormente aos partidos políticos e independentemente dos sindicatos reformistas. Pela primeira vez entre nós desde que se iniciou a etapa do monopolismo desenvolve-se uma luta geral dos trabalhadores que não toma os partidos como eixo principal e, portanto, que alarga às vastas massas a prática de luta, desenvolve por aí mesmo os germes da nova organização social comunista, destruindo as hierarquias e a divisão entre os que tudo mandam e os que em tudo obedecem.

E, no meio disto tudo, a greve da Soares da Costa (simples exemplo entre tantos outros)?

É uma greve perdida? Mas são dezenas de operários que reforçam a sua coesão na luta! Mas é uma lição ganha! Uma lição que muito nos esclarece sobre o MFA, sobre a sua orientação económica e a quem se destina a sua liberdade política.

E, no fim de contas, para a revolução social são as lições e a prática de luta que importam.



UM OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO LUTA NA SOARES DA COSTA

Entrevista com os operários da SOARES DA COSTA

A imagem que a generalidade dos partidos políticos e muitos dos chamados «teóricos» dão dos operários é inteiramente falsa.

A luta dos trabalhadores é revolucionária pelas formas de organização que cria e pelas consequências que daí vêm, mas isso não quer dizer que cada trabalhador seja de antemão um revolucionário consciente. Muitos partidos apresentam as coisas como se a luta dos trabalhadores fosse revolucionária por cada trabalhador ser revolucionário. Na realidade é o contrário que se passa. Os trabalhadores tornam-se revolucionários porque se integram na luta colectiva, e essa luta é revolucionária, não pelas características pessoais de cada um, e sim pelas formas de organização que inevitavelmente nelas se desenvolvem. Nas novas relações tidas com os companheiros de luta, e na extremação dos campos que torna mais claros os inimigos e os falsos amigos, a nossa consciência evolui, e a nossa ideia das coisas vai-se tornando revolucionária.

Em vez de enchermos a cabeça com imagens falsas, devemos tomar consciência da evolução dos trabalhadores na luta e tentar perceber de que modo um trabalhador pode participar, e até ter um papel activo, num processo revolucionário, sem que as suas ideias sejam consistentemente revolucionárias.

A entrevista que se segue, com um operário da Soares da Costa, fornece um bom exemplo de transformação de um operário no decorrer da luta e da forma como ele, se toma por um lado posições revolucionárias, cai por outro em actuações e ideias reaccionárias e favoráveis ao patronato.

Como introdução ao processo de luta, podem transcrever-se umas passagens da carta de despedimento assinada pela administração da empresa de construções Soares da Costa, com data de 27 de Setembro de 1974:

«O sr. e essa minoria ocupam duas obras nossas, impedindo pela força que entrem lá os operários do nosso quadro de pessoal que por falta de trabalho em outras obras têm de ser transferidos para estas duas. Atenta assim contra a liberdade de trabalho dos operários não grevistas, o que foi constatado pelo sr. delegado do Porto do Ministério do Trabalho, responsabilizando-se por tal atitude.» Mais adiante dizem que «essa mesma minoria impediu no dia 5 deste mês a retirada da rua da obra do Campo Alegre de um compressor e outro equipamento.»

Justificam assim os patrões nessa carta a «justa causa» do despedimento, «reservando-se a administração da empresa, quer o trabalhador citado retome o emprego, quer não, o direito a procedimento criminal e a exigir-lhe as indemnizações a que o seu comportamento já deu lugar ou venha ainda a dar.»

No dia 3 de Setembro, procede-se a uma alteração contratual.

No dia 8 de Outubro, carta à administração da empresa Soares da Costa, que recebe resposta para o Sindicato, e de que os trabalhadores nunca tiveram conhecimento.

OPERÁRIO DA SOARES DA COSTA — A invasão da obra com a polícia foi, salvo erro, na sexta-feira de madrugada. Eu não estava lá: vinha para a obra, com intenções de ir trabalhar. Já tinha soado qualquer coisa. Um vizinho que mora perto da obra avisou-me de que a obra tinha sido ocupada pela polícia que levava trabalhadores, presos, e de que já lá estavam alguns a trabalhar. Desatei a correr e disse a um camarada para avisar outros camaradas que chegassem à obra, para não serem presos. Peguei num táxi e fui chamar um delegado do Sindicato que estava... ele não estava, mas a nós é que parecia que estava mais dentro dos assuntos da greve do que eu.

COMBATE — Quantos polícias eram?
OPER. — Eu não vi. Dizem que eram seis carrinhas, com cerca de 80 polícias. Cercaram dentro das casernas alguns que estavam a dormir. Meteram-nos nas carrinhas, levaram-nos para a esquadra. Acho que a um de cuccas, não sei se foi verdade se foi mentira — eu não vi. Acho que assentaram lá duas bengaladas num porque ele começou a dizer qualquer coisa, que eu não sei.

Passado um bocado, tratou-se de um partido defender coisas que estavam presas, porque nós não tínhamos capacidade de falar como essas pessoas que falaram nesses rapazes que pertencem ao tal partido.

COMBATE — Porque esses eram uma minoria?
OPER. — Eram uma minoria. Eram à volta de 15 homens a trabalhar, e nós éramos 80. Estávamos lá a trabalhar e a polícia a guardá-los. Não sei dizer mais nada sobre a polícia.

COMB. — Essas pessoas de um partido eram os delegados sindicais?

OPER. — Esses fulanos que foram falar à polícia, eu tenho conhecimento de que eles são de um partido. Mas o delegado do sindicato é que conhecia esses fulanos desse partido, e esse partido comunicou a alguém — que eu não sei a quem — e esse alguém tentou libertar os que foram presos às 6.30 h. da manhã, pela polícia, na obra da Mutual.

Ora, eles saíram da prisão, juntaram-se à obra e a polícia não fez mais mal nenhum. A seguir houve um rapaz que veio para a obra e um dos encarregados bateu no rapaz não sei porquê, e parece que a polícia disse: «Ai vocês são assim valentes? Bem, estão vamos embora!» A polícia retirou-se para o quartel a que pertencia.

Havia uma minoria que estava a trabalhar e uma maioria de grevistas que ficavam fora da obra. Então houve umas ameaças e eles voltaram a chamar a polícia e a polícia voltou. Ficou a guardar a minoria que trabalhava e que estava com medo da maioria grevista.

COMB. — Você disse há bocado que ia para o trabalho porque «já tinha soado alguma coisa». O que é que tinha soado?

OPER. — Tinha soado que essa minoria lá começou a trabalhar.

COMB. — Eles só começaram a trabalhar no dia em que a polícia lá foi?
OPER. — Essa minoria só começou a trabalhar no dia das prisões.

COMB. — E eram colegas da obra, ou eram chamados de outros sítios?
OPER. — Alguns eram colegas da obra, mas juntaram-se outros que vinham de outras obras.

Foi também convidado para trabalhar um senhor, que continuava sempre trabalhando para a mala. Consta que estava no sindicato a fazer telefonemas para aqui e para acolá, só a prejudicar os colegas trabalhadores.

COMB. — Era um delegado sindical?

OPER. — Não. Esse tipo queria ser delegado sindical, mas como é reconhecido como fascista a sério, não o deixaram ser delegado.

COMB. — Mas deixam-no entrar no sindicato?

OPER. — Tinham que deixar, porque ele era sócio. Um rapaz que eu conheço insurgiu-se perante o empregado do sindicato por esse indivíduo — que é um rapaz chamado Teixeira — estar a telefonar para as obras para prejudicar a luta dos trabalhadores. O empregado respondeu que era só empregado e que só o presidente do sindicato podia proibir essas coisas. No final, o presidente do sindicato foi um dos principais traidores aos operários em greve na Mutual.

COMB. — Consta que essa minoria lá pegou ao trabalho. E o que é que você lá fez?
OPER. — Eu ia com intenções de trabalhar com essa minoria, mas o que eu não sabia é como é que eles iam pegar a trabalhar. Quer dizer, não sabia quem os ia defender para eles poderem trabalhar. Neste caso, foi a polícia que os protegeu, porque senão eles não pegavam a trabalhar.

Ora bem, eu cheguei ali, vi a polícia, constou-me que os outros tinham ido presos — já não me cheguei. Como estava de fora, não me cheguei, porque se me chegassem lá, apesar de querer ir retomar o trabalho na mesma obra.

COMB. — Então você concordava, em princípio, que as reivindicações eram correctas, mas ao mesmo tempo está a dizer que ia trabalhar com aquela minoria. Porquê?
OPER. — Ia, porque entendendo que o aumento que o patrão me deu não era

aumento para enriquecer. Mas não vou exigir tudo numa vez. Exigir-se um bocado de cada vez. O patrão deu-me 40 e tal escudos de aumento e, como tal, eu estava disposto a trabalhar. Mas, no meio da outra malta, não podia dizer que ia trabalhar, porque eles davam-me cabo do couro. Ora, como não podia dizer que ia trabalhar, calei-me. Calei-me e, ao fim de dois dias de greve, fui ao escritório e disse para me mudarem de obra. Não me quiseram mudar. Trouxe um papel para a obra a dizer que o problema só existia no Apartador; que, se se resolvesse o problema do Apartador, a malta toda trabalhava. Mas, como o Soares da Costa não resolveu naquele momento o problema do Apartador, insultaram-me e queriam bater-me por eu levar aquele papel para a obra. Rasguei o papel e continuei a estar com a malta. Continuei até certo ponto, mas depois comecei a chatear-me e neguei-me a estar ali a passar noites.

COMB. — Mas negou-se porque estava mal esclarecido. Você nem percebe muito bem porque é que estava em greve!

OPER. — Sim. Eu só sei dizer que houve uma voz que disse: «Vamos para a greve!» Mas, se naquele momento chegasse um dos patrões à minha beira ou até qualquer pessoa e me perguntasse: «Porque é que vocês estão parados?» Eu digo francamente: não sabia dizer porque era! Sabia dizer que era por causa de um aumento, mas se me dissessem: «Mas quanto é que você quer ganhar?», não sabia dizer quanto. Podia dizer que queria ganhar 150 ou 200 escudos. Não sei se realmente podia dizer isto. Seria muito. Seria pouco? Ainda não estava ensinado como é que havia de dizer. Depois, começaram a insinuar-me. Começaram a dizer-me que era 6 900\$00 para as primeiras categorias, eram depois 6 300\$00 e 5 e qual-quer coisa. Afinal, nem vieram 5 300\$, nem os 6 300\$00, nem os 6 900\$00. Ao fim de oito semanas, o sindicato farta-se de dar apoios e mais apoios e «camaradas, vós aguentais a greve porque nós vamos vencer e ao fim vai assinar uma porcaria que é isto que vocês aqui vêm. Ao fim de oito dias de greve o patrão dá-me 170\$00, ao fim de oito semanas de greve, o sindicato vai assinar uma porcaria de 160\$00.

COMB. — Mas nessa altura ainda estavam descontentes, porque não era isso que queriam.

OPER. — Pois não, não era isto. O sindicato disse-nos sempre: «Vamos tentar ir negociar para 6 900\$00 e vocês não saiam disto». No final, o patrão dá-nos 170\$00 por dia e o sindicato concorda a dar 160\$00 por dia. Só leva a crer que o sindicato a partir de não sei quando andou comprado.

COMB. — Quando foi da ida a Lisboa, foram colegas seus, em princípio, arranjar dinheiro?

OPER. — Fomos colher fundos a um comércio que houve em Lisboa, organizado não sei por quem. Fomos muito bem recebidos — está muito certo. Eu andei a pedir com um boné na mão. Deram-me muito dinheiro. Eles ao fim contaram o dinheiro. Cai deste cheguei, cai daquele, somou 14 contos e tal. Nós a Lisboa fomos, para não exagerar, dez homens, trabalhadores da Mutual. Deixaram-me em Lisboa 300\$00. No dia seguinte, pergunté a alguém — que era dos nossos mediadores, ou mediadores, ou como é que se diz, que falavam por nós, trabalhadores — e pergunté-lhe: «então, não há mais dinheiro? De 14 contos só vieram 300\$00 — E responderam que as despesas tinham sido muitas, que também deram 2 000\$00 para a ajuda da camioneta. Quer dizer, até hoje não me deram mais dinheiro.

COMB. — E quanto é que lhe parecia que deveria receber?

OPER. — Sim, muito mais. Eu entendo que dava bem 500\$00 para cada um, ainda sobrava dinheiro. Aqueles que tinham retornado o trabalho já não tinham direito a esses 14 contos. Nós éramos 80, depois outros empregaram-se, outros foram-se embora. Ficámos uma média de 40 homens. Uns 15 retornaram o trabalho noutras firmas, outros foram-se embora. Poderíamos estar até uns 14 homens. Portanto, era 1 conto de reis para cada um. Mas eu já não queria 1 conto de reis, queria 500\$00. Já dava para pagar a gasolina ao carro.

OPER. — Não, senhor.

COMB. — E os trabalhadores não lho exigiram?

OPER. — Nós, trabalhadores, queríamos saber onde existia essa resposta da carta, mas quando a procurámos o Sr. Armindo Ferreira não estava e lá disseram que no Sindicato dos Pedreiros havia uma fotocópia dessa carta. Nós tínhamos lá estado antes; se não nos disseram é porque não queriam dar a saber que existia isso.

COMB. — Essa carta foi antes ou depois da invasão da polícia?

OPER. — Foi antes. Porque se o patrão realmente respondesse a esta carta, e a resposta nos servisse, nós retomaríamos o trabalho pelo mesmo salário.

COMB. — Porque é que o Sr. Armindo Ferreira tinha medo dos trabalhadores?

OPER. — Porque sentia-se envergonhado e falso. E ainda está com medo, porque já disse que ia a qualquer lado que os nossos mediadores quisessem, menos à obra. Disse ele: «A obra não vou, porque o operários são estúpidos, e não sei que mais, e cobardes. Cobarde foi ele, porque assinou esta porcaria de ordenados, depois de ter empastado cento e tal horas de negociações.

COMB. — Neste momento houve a invasão da polícia. E depois o que é que se passou?

OPER. — Os que foram presos conseguiram-se soltar por intermédio de alguém, não sei por quem. Saíram da cadeia para fora, e começaram a estudar planos. Eu entendi que não podia estar bábagem, porque a greve para alguns deu, para outros não deu. Eu então fui ao escritório com outros, e passaram-nos um papel, e distribuíram-nos um por cada obra, praticamente houve uma minoria que retomaram o trabalho e ficaram ali. Uma maioria foram ao escritório, mas não admitiram que fossem para a obra onde começaram em greve. Distribuíram um por cada obra, e eu posso-lhe dizer que eu já andei nos pontapés. Por causa do encarregado da obra.

COMB. — Quando começaram a greve e ocuparam aquilo parece que não estavam muito bem informados acerca daquilo que pretendiam.

OPER. — Havia coisas que se passavam que um dos mediadores não queria dar a saber tudo o que se passava, que dizia que era para não nos incomodar. Nós fizemos confiança nele, pensamos que tudo o que ele sobresse nos transmitia e que ele sobresse algumas coisas, que ele encobria.

COMB. — Quando começaram a greve e ocuparam aquilo parece que não estavam muito bem informados acerca daquilo que pretendiam.

OPER. — Sim, chegou a dar resposta, mas nós, trabalhadores, não soubemos dela.

COMB. — Deu resposta a quem?

OPER. — Essa resposta parece que foi dada ao Instituto Nacional de Trabalho. E o Instituto Nacional de Trabalho — portanto, o Sr. Dr. Rui d'Albuquerque — tirou uma fotocópia, e mandou tirar, e entregou-a ao Sr. Armindo Ferreira, que é Presidente da União dos Sindicatos. Mas esse senhor, depois, teve modo de qualquer coisa, veio à obra da Mutual e falou lá, mas com bastante modo, porque até esse momento nunca falou a gaguejar, e nesse dia gaguejou muito.

COMB. — O Sr. Armindo Ferreira nunca chegou a dar conhecimento da carta?

OPER. — Não, senhor.

COMB. — E os trabalhadores não lho exigiram?

OPER. — Nós, trabalhadores, queríamos saber onde existia essa resposta da carta, mas quando a procurámos o Sr. Armindo Ferreira não estava e lá disseram que no Sindicato dos Pedreiros havia uma fotocópia dessa carta. Nós tínhamos lá estado antes; se não nos disseram é porque não queriam dar a saber que existia isso.

COMB. — Essa carta foi antes ou depois da invasão da polícia?

OPER. — Foi antes. Porque se o patrão realmente respondesse a esta carta, e a resposta nos servisse, nós retomaríamos o trabalho pelo mesmo salário.

COMB. — Porque é que o Sr. Armindo Ferreira tinha medo dos trabalhadores?

OPER. — Porque sentia-se envergonhado e falso. E ainda está com medo, porque já disse que ia a qualquer lado que os nossos mediadores quisessem, menos à obra. Disse ele: «A obra não vou, porque o operários são estúpidos, e não sei que mais, e cobardes. Cobarde foi ele, porque assinou esta porcaria de ordenados, depois de ter empastado cento e tal horas de negociações.

COMB. — Neste momento houve a invasão da polícia. E depois o que é que se passou?

OPER. — Os que foram presos conseguiram-se soltar por intermédio de alguém, não sei por quem. Saíram da cadeia para fora, e começaram a estudar planos. Eu entendi que não podia estar bábagem, porque a greve para alguns deu, para outros não deu. Eu então fui ao escritório com outros, e passaram-nos um papel, e distribuíram-nos um por cada obra, praticamente houve uma minoria que retomaram o trabalho e ficaram ali. Uma maioria foram ao escritório, mas não admitiram que fossem para a obra onde começaram em greve. Distribuíram um por cada obra, e eu posso-lhe dizer que eu já andei nos pontapés. Por causa do encarregado da obra.

COMB. — Quando começaram a greve e ocuparam aquilo parece que não estavam muito bem informados acerca daquilo que pretendiam.

OPER. — Havia coisas que se passavam que um dos mediadores não queria dar a saber tudo o que se passava, que dizia que era para não nos incomodar. Nós fizemos confiança nele, pensamos que tudo o que ele sobresse nos transmitia e que ele sobresse algumas coisas, que ele encobria.

COMB. — Quando começaram a greve e ocuparam aquilo parece que não estavam muito bem informados acerca daquilo que pretendiam.

OPER. — Havia coisas que se passavam que um dos mediadores não queria dar a saber tudo o que se passava, que dizia que era para não nos incomodar. Nós fizemos confiança nele, pensamos que tudo o que ele sobresse nos transmitia e que ele sobresse algumas coisas, que ele encobria.

COMB. — Quando começaram a greve e ocuparam aquilo parece que não estavam muito bem informados acerca daquilo que pretendiam.

OPER. — Sim, chegou a dar resposta, mas nós, trabalhadores, não soubemos dela.

COMB. — Deu resposta a quem?

OPER. — Essa resposta parece que foi dada ao Instituto Nacional de Trabalho. E o Instituto Nacional de Trabalho — portanto, o Sr. Dr. Rui d'Albuquerque — tirou uma fotocópia, e mandou tirar, e entregou-a ao Sr. Armindo Ferreira, que é Presidente da União dos Sindicatos. Mas esse senhor, depois, teve modo de qualquer coisa, veio à obra da Mutual e falou lá, mas com bastante modo, porque até esse momento nunca falou a gaguejar, e nesse dia gaguejou muito.

COMB. — O Sr. Armindo Ferreira nunca chegou a dar conhecimento da carta?

Sindicato respondeu-me: «Se andas, é porque queres. E eu disse: «Se ando, é porque quero? E aqueles bate-barbas que eu ouço? Eu ouço, portanto você também ouve (Você — o Presidente do Sindicato). «Ai, eu, não ouço nada!» Mas é que nesse papel que nós tínhamos, estava assinado pelo Sindicato, ou melhor era um papel do Sindicato. Era um papel que dizia quais os operários que estavam na Comissão Operária, quer dizer, no grupo da comissão para andar de obra em obra. Quer dizer, ele respondeu-me mal, e depois esse novo mediador também me respondeu mal, e eu preparei-me para atirar com ele das escadas abaixo, porque estava enervado, e houve um colega que pediu — sanamento. Essa palavra foi colhida por alguém, que agora não interessa estar a dizer, mas essa palavra acaba por estar certa: sanamento. O sanamento, ao fim de oito dias de greve, se fosse feito, estava mais que certo.

COMB. — Ao fim deste tempo todo de greve, o que é que pensa da greve?

OPER. — O que pensei da greve... só sei dizer que sofri, que fiz sacrifícios, mas também digo que passei coisas boas, porque aprendi alguma coisa, quer dizer, agora de momento não me lembro, mas aprendi alguma coisa com partidos. Partidos que... por exemplo, hoje há muita gente que diz mal do MRPP, há muita gente que diz mal do PCP. Quer dizer, eu não me interessa que a organização seja má...

COMB. — Bem, mas então isto significa que quando houver outra greve V. já vai estar vigilante sobre tudo o que se passar?

OPER. — Bem, oxalá que não aconteça outra greve, porca como esta, da Mutual, e se acontecer é uma das coisas que eu vou fazer logo: é tudo o que se passar... é conveniente que haja sempre um que fale por todos. Portanto, esse um que fala por todos tem de ser sempre vigiado. E para qualquer lado que vá tratar deste assunto ou daquele ir acompanhado por dois, três ou quatro trabalhadores. Portanto, se há dinheiro para levar um carro de praça com este amigo ou aquele que vai tratar dum assunto do trabalhador, também há lugar para mais dois ou três. Portanto, ele aí já não pode encobrir nada. Esse, se a gente não pode qual-quer... vá lá... segredo, imediatamente tem de o pôr fora do poleiro, porque a gente deposita a confiança num camarada, mas depois duvidamos dele, ora vamos procurar onde está a dúvida. E nos segredos. Ora aqui não se quer segredos, na classe operária não se quer segredos. Porque se começa a haver segredos, está tudo descontrolado outra vez. Portanto, não então o que é que temos de fazer? Aquele indivíduo, que é nosso mediador, andar sempre controlado, e sermos vigilantes uns dos outros. Porque se não formos vigilantes uns dos outros, no meio de greves, há sempre uma angariação de fundos, e ali autoridades de dia e de noite, eles têm de estar a ganhar. Eu pergunto a mim: «Quem é que estará a pagar? Será o patrão?»

COMB. — Neste momento cada um dos grevistas já está a trabalhar para seu lado, um em cada obra?

OPER. — Sim, já está cada um a trabalhar para sua obra. Mas não está toda a gente a trabalhar. Há ainda um grupozinho que não posso dizer quantos, mas são poucos — que ainda estão em greve, não estão a trabalhar. Não sei qual é o pensamento deles. Eles até parecem que dizem que a luta deles que continua, que agora vão saber essa coisa de a polícia ter invadido aquilo, porque diz que a polícia não podia fazer aquilo. Bem, se podia ou não podia não sei, isso é lá com eles, porque a polícia parece que continua a fazer tudo e mais alguma coisa... Não sei, não sei...

COMB. — E a greve não era ilegal. A greve era legal. Era, e é. Porque há um decreto da greve. Nós não estamos a ocupar a obra, não estamos com piquetes na obra. Ora, nós, começamos a greve antes do decreto. E quando veio o decreto, nós estávamos em piquetes à obra, estávamos fora da obra. Havia um resguardo para dentro existia um bocado de terreno, que não pertence à obra, que é onde estão os barracos, que é onde dormem esses homens de longe. Portanto, a greve era ilegal quando nós a começámos, mas a partir de quando o decreto — n.º 13 parece que é — nós

COMB. — E a greve não era ilegal. A greve era legal. Era, e é. Porque há um decreto da greve. Nós não estamos a ocupar a obra, não estamos com piquetes na obra. Ora, nós, começamos a greve antes do decreto. E quando veio o decreto, nós estávamos em piquetes à obra, estávamos fora da obra. Havia um resguardo para dentro existia um bocado de terreno, que não pertence à obra, que é onde estão os barracos, que é onde dormem esses homens de longe. Portanto, a greve era ilegal quando nós a começámos, mas a partir de quando o decreto — n.º 13 parece que é — nós

COMB. — E a greve não era ilegal. A greve era legal. Era, e é. Porque há um decreto da greve. Nós não estamos a ocupar a obra, não estamos com piquetes na obra. Ora, nós, começamos a greve antes do decreto. E quando veio o decreto, nós estávamos em piquetes à obra, estávamos fora da obra. Havia um resguardo para dentro existia um bocado de terreno, que não pertence à obra, que é onde estão os barracos, que é onde dormem esses homens de longe. Portanto, a greve era ilegal quando nós a começámos, mas a partir de quando o decreto — n.º 13 parece que é — nós

COMB. — E a greve não era ilegal. A greve era legal. Era, e é. Porque há um decreto da greve. Nós não estamos a ocupar a obra, não estamos com piquetes na obra. Ora, nós, começamos a greve antes do decreto. E quando veio o decreto, nós estávamos em piquetes à obra, estávamos fora da obra. Havia um resguardo para dentro existia um bocado de terreno, que não pertence à obra, que é onde estão os barracos, que é onde dormem esses homens de longe. Portanto, a greve era ilegal quando nós a começámos, mas a partir de quando o decreto — n.º 13 parece que é — nós

COMB. — E a greve não era ilegal. A greve era legal. Era, e é. Porque há um decreto da greve. Nós não estamos a ocupar a obra, não estamos com piquetes na obra. Ora, nós, começamos a greve antes do decreto. E quando veio o decreto, nós estávamos em piquetes à obra, estávamos fora da obra. Havia um resguardo para dentro existia um bocado de terreno, que não pertence à obra, que é onde estão os barracos, que é onde dormem esses homens de longe. Portanto, a greve era ilegal quando nós a começámos, mas a partir de quando o decreto — n.º 13 parece que é — nós

COMB. — E a greve não era ilegal. A greve era legal. Era, e é. Porque há um decreto da greve. Nós não estamos a ocupar a obra, não estamos com piquetes na obra. Ora, nós, começamos a greve antes do decreto. E quando veio o decreto, nós estávamos em piquetes à obra, estávamos fora da obra. Havia um resguardo para dentro existia um bocado de terreno, que não pertence à obra, que é onde estão os barracos, que é onde dormem esses homens de longe. Portanto, a greve era ilegal quando nós a começámos, mas a partir de quando o decreto — n.º 13 parece que é — nós

COMB. — E a greve não era ilegal. A greve era legal. Era, e é. Porque há um decreto da greve. Nós não estamos a ocupar a obra, não estamos com piquetes na obra. Ora, nós, começamos a greve antes do decreto. E quando veio o decreto, nós estávamos em piquetes à obra, estávamos fora da obra. Havia um resguardo para dentro existia um bocado de terreno, que não pertence à obra, que é onde estão os barracos, que é onde dormem esses homens de longe. Portanto, a greve era ilegal quando nós a começámos, mas a partir de quando o decreto — n.º 13 parece que é — nós

DIÁLOGO EXEMPLAR (SEM FIDELIDADE LITERAL)

INTERVENIENTES:
Direcção Sindical (provisória) e Delegado Sindical (hoje sob mau olhar por parte do patrão e do Sindicato, naturalmente irmanados na prossecução dos mesmos transcendentes objectivos, que, em última análise (quem a fará?!), não-de ser para benefício da pacífica e paciente classe trabalhadora...).

LOCAL:
Sede do Sindicato.

OCASIÃO:
Assembleia de Delegados Sindicais (não convém juntar muita gente).

DIRECÇÃO:
«De acordo com um despacho do Governo, vão constituir-se, segundo determinadas regras, comissões administrativas provisórias para a gestão da Previdência; serão formadas por representantes do Governo, dos Sindicatos e dos funcionários da Previdência.

Chamamo-lo aqui para definir a opinião, em relação ao despacho, que amanhã, impreterivelmente, teremos que manifestar em Plenário da Intersindical».

DELEGADO:
«Parece evidente que amanhã não irá a Direcção manifestar qualquer ponto de vista, pois, não tendo como se vê, os Delegados (que nem conhecem o conteúdo do despacho em causa) colhido os pontos de vista dos trabalhadores que representam (sem aval em branco), não podem pronunciar-se nessa qualidade sobre a matéria».

DIRECÇÃO:
«Se então, se julgar conveniente consultar as bases, a Direcção não se opõe a isso, mas a verdade é que amanhã teremos que nos pronunciarmos».

DELEGADO (PACIENTE):
«O ouvir os trabalhadores não é um capricho ou uma conveniência; é um imperativo: as decisões são deles, e não o são por delegação. E perante os trabalhadores que os Delegados e os Sindicatos estão necessariamente vinculados, e não perante eventuais órgãos coordenadores, por mais imprescindível que seja a sua acção.

Aliás, se algum Delegado aqui abusivamente manifestar, não os tendo ouvido, «pontos de vista» dos trabalhadores, ou achar desnecessário consultá-los, não restará aos trabalhadores que o elegeram outro caminho senão substituí-lo de imediato. O Delegado é vinculado das decisões dos trabalhadores; não é um mandatário com latos poderes para tomar decisões, nas costas dos trabalhadores, no que os envolve».

DIRECÇÃO (IMPACIENTE):
«Então, temos de marcar outra reunião, e até lá os Delegados que acharem necessário ouvir a opinião dos trabalhadores, fá-lo-ão. O Sindicato fará distribuir cópia do despacho, na parte que interessa».

tratámos de cumprir o que o decreto mandava. O decreto manda piquetes à obra, não ocupar a obra, e nós assim estávamos a fazer.

COMB. — A invasão pela polícia foi pedida pelos patrões?

OPER. — Não sei. Isto, vocês sabem como é, há muita coisa que se diz e poucas são aproveitadas. Mas dizem que foi o Presidente do Sindicato que comunicou à polícia a situação que se estava a passar, que havia um grupo que queria trabalhar, e havia outro que não queria, e esse que não queria não os deixava trabalhar, portanto, para a polícia tomar providência disso. Ora, não sei se foi verdade, se foi mentira o Sindicato telefonar à polícia. O que é certo é que a polícia ainda lá continua a estar, à ordem de quem não sei, que eles de graça não estão lá — a polícia não anda de graça: a polícia para qualquer lado que seja chamada é paga. Porque vocês reparem, têm um acidente aí na estrada, a polícia é chamada, pagam 200 escudos de multa, portanto, de estar ali autoridades de dia e de noite, eles têm de estar a ganhar. Eu pergunto a mim: «Quem é que estará a pagar? Será o patrão?»

COMB. — Neste momento cada um dos grevistas já está a trabalhar para seu lado, um em cada obra?

OPER. — Sim, já está cada um a trabalhar para sua obra. Mas não está toda a gente a trabalhar. Há ainda um grupozinho que não posso dizer quantos, mas são poucos — que ainda estão em greve, não estão a trabalhar. Não sei qual é o pensamento deles. Eles até parecem que dizem que a luta deles que continua, que agora vão saber essa coisa de a polícia ter invadido aquilo, porque diz que a polícia não podia fazer aquilo. Bem, se podia ou não podia não sei, isso é lá com eles, porque a polícia parece que continua a fazer tudo e mais alguma coisa... Não sei, não sei...



SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES DA PROPAN

EFACEC

LUTA CONTRA AS HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DESPEDIMENTOS

No seguimento do comunicado n.º 8 da Comissão de Defesa dos Direitos dos Trabalhadores (C. D. D. T.) vários foram os locais de trabalho que efectuaram reuniões, o que demonstra que a classe operária está atenta a todas as manobras do Capital e saberá tomar posições firmes com vista à defesa dos seus interesses.

Assim, na Siderurgia Nacional, onde tem havido falta de ferramenta, falta de pessoal técnico e operário, falta de condições de trabalho, faltas que o jornal da greve focou, efectuou-se na terça-feira uma reunião de todos os operários do estaleiro da EFACEC com vista a debruçarem-se sobre o problema dos despedimentos e horas extraordinárias.

Nesta reunião concluiu-se que não seria de fazer horas extraordinárias na medida em que a sua fatura contribui para o agravamento da crise de desemprego.

Quanto aos despedimentos concluiu-se que a classe operária deve estar atenta e organizada para não permitir quaisquer despedimentos individuais ou colectivos, e que seria de recorrer à paralisação total da empresa se viessem a acontecer tais despedimentos. Neste sentido propõe a todos os trabalhadores que se aumente rapidamente o fundo de greve já existente com a contribuição de um dia de trabalho.

Como forma prática de actuação em caso de despedimentos propôs esta reunião que logo que surjam quaisquer despedimentos ou qualquer ameaça nesse sentido, os camaradas directamente visados devem informar a C. D. D. T., que deverá convocar imediatamente uma reunião plenária para analisar e tomar medidas em relação a tais problemas.

No sábado, dia 21, às 15 horas e conforme estava convocada pela C. D. D. T. realizou-se uma reunião de operários de elevadores. A reunião foi convocada para resolver problemas de reclassificação tendo também visto abertamente o problema dos despedimentos e da recepção do «Jornal da Greve».

Em relação à distribuição do jornal ficou decidido que este seria entregue no armazém em Carnaxide e que seriam os encarregados dos diversos sectores a fazerem a sua distribuição.

Quanto ao problema das horas extraordinárias e dos despedimentos chegaram às mesmas conclusões que os camaradas da Siderurgia e fizeram notar que no seu sector especialmente, mas também noutros sectores da empresa o problema dos despedimentos também se põe de maneira aguda. Quanto aos camaradas do Porto considerou-se que este problema deveria ser debatido na fábrica de modo a conseguir-se uma unidade de todos os operários sul e norte para enfrentar este grave problema.

Também nesta reunião foi considerado importante o aumento imediato do fundo de greve não só como suporte de posições de força que venham a ter que ser tomadas pelos trabalhadores da empresa mas também para apoio a lutas de camaradas de outras empresas.

Também na O.L.T. se realizou uma reunião da qual foi elaborada uma acta transcrita neste jornal, mas além das conclusões transcritas nesta os operários da oficina têm mais a acrescentar ao dossier O.L.T.

Camaradas: nós que até há pouco tempo trabalhávamos numa enchovia que não tinha quaisquer condições, onde as instalações estavam de tal modo que qualquer estranho perguntava: «Então isto é da EFACEC? Parece impossível!»

Bem, mas lembrando, não tínhamos refeitório, nem vestiário, nem sala de convívio, nem balneários (os que havia nada ficavam a dever aos antigos charnizos onde homens e animais bebiam em conjunto); quando levantávamos algum problema éramos castigados e tomados de ponta como desordeiros que não cumpriam aquilo que eles, «chefes», determinavam e entendiam ser importante.

Alguns de nós já de lá saímos, outros ainda lá ficaram, mas engano dos enganados, viamos para outro local onde de melhor somente temos o edifício, pois enquanto o barracão antigo tem traves

de madeira e telha já quase centenários este é uma estrutura metálica. De resto, continuamos sem água, sem lavabos e W. C. em condições e sem refeitório (o que há de mesas para podermos comer, são tabuleiros de chapa com seis pernas, dois fogões para aquecer a comida de 40 homens e um frigorífico que só está ligado durante as horas de serviço, estando a sala completamente vazia no que toca a alguma comodidade e bem-estar, uma vez que segundo a conversa de um trabalhador nós operários, vivemos grande parte do dia dentro da oficina, verificando total desinteresse pelo meio-ambiente pois a pintura das paredes não é aquela a mais adequada a uma sala de refeições e até de convívio). A oficina de electrificação devia estar devidamente equipada e isolada, no entanto continua como dantes sem quaisquer condições de trabalho.

Os vestiários somente têm uma janela para o exterior e uma porta de comunicação com a oficina; onde está o sistema de exaustão de ar a fim de evitar focos de poluição e a falta de higiene? Também temos sérias dúvidas sobre a existência de meia dúzia de técnicos que ao fim e ao cabo se limitam a cumprir horários pois eles deveriam também zelar por todos os problemas aqui focados e tomarem posições completamente definidas.

Perguntamos: será que na empresa a secção de higiene e segurança serve só para passear e conversar ou também servirá para zelar pelos interesses e segurança dos trabalhadores? Só um aparte: segundo cremos uma das pessoas ligadas a esta secção já foi operário; ter-se-á esquecido de como já trabalhava e como trabalham a maioria dos operários?

Camaradas: higiene e segurança não é só ter um capacete e luvas, também são outras coisas como a existência nos estaleiros ou oficinas de lavabos e W.C. apetrechados, refeitórios e salas de convívio para nos sentirmos como em nossas casas.

Oligamos alguns dos comentários feitos na O.L.T. pelos operários:

— Quando será resolvido o problema do refeitório?

— Porquê os chefes não dão informações conforme elas devem ser, sem as cortarem e por vezes nem falar nelas?

— Os problemas das oficinas são dos operários, seremos nós que os resolvemos e continuaremos a lutar por melhores condições.

— Não queremos chefes na comissão de trabalhadores!... apolado (quase em sussuro).

— Eh pá! Será que a solução da sala de electrificação é assim tão difícil?!!

— Não podemos aceitar que os operários-chefes tomem posições como estas, de terem pura e simplesmente calado ou dado informações cortadas. É aqui com todos os presentes que nos devemos autocriticar.

— A comissão oficial deverá informar, esclarecer e debater os nossos problemas, mas atenção, numa reunião ela somente é porta-voz dos operários, não tomando por isso funções de resolução ou de aprovação, para isso tem de falar com todos os operários e deve estar em contacto com a CDDT.

— Há um problema bastante duvidoso, que é o envio para fora da empresa de encomendas de quadros e monoblocos, etc. Perguntamos qual a razão porque ao fim de meia dúzia de meses uma oficina está saturada de trabalho? Será que os tais mapas de produção e de previsão são feitos em cima do joelho? Será que no meio disto tudo há interesses obscuros que levam as encomendas para o exterior?

NO ESTALEIRO DE ESTARREJA, onde ainda continuam os FURA-GREYES, existe falta de condições de segurança e higiene (num estaleiro de cerca de 40 homens existem só duas caixas de primeiros socorros miniatura). Ainda há pouco se verificou que o sistema de primeiros socorros é deficiente, pois num acidente de electrocução, um operário teve de aguardar cerca de quinze minutos pelo transporte, que normalmente leva os operários do estaleiro para casa, a fim de ir para o hospital.

Volta e meia há falta de água; como vestiários existe uma barraca e metade de outra, a cagadeira é ao ar livre. Nos estaleiros do Algarve o problema é o mesmo.

Parece-nos ser importante que estes problemas sejam debatidos em todos os estaleiros e oficinas, bem como outros: despedimentos, pontos do caderno reivindicativo por resolver, carestia da vida, contratos de trabalho, posições sindicais, arbitrariedades dos patrões e seus locais, etc.

Seria do maior interesse que as conclusões que aí fossem tiradas sejam enviadas à CDDT para que possam ser divulgadas no jornal da greve.

Jornal da Greve (suspensa) dos trabalhadores da EFACEC/INEL — Lisboa, n.º 26, de 6 de Outubro.

CENTRO OPERÁRIO (SETÚBAL)

Transcrevemos seguidamente um comunicado de «Um grupo de operários» do Distrito de Setúbal, referente à criação de um «Centro Operário» local de encontro de todos os trabalhadores:

Como irão ver, este não é mais um papel daqueles para os quais nós olhamos mas que pouco ou nada compreendemos.

Este tem o objectivo de nos unir para algo em que possivelmente já pensamos mas que até aqui ainda não tivemos coragem de realizar.

NÃO SOMOS UM PARTIDO POLÍTICO. Somos sim a classe sacrificada aos interesses de meia dúzia, e a classe vergonhosamente explorada. E porque sentimos na pele estes sacrifícios e esta infame exploração, acreditamos na certeza da nossa união e na certeza de que unidos construímos uma força que nenhuma outra classe vencerá.

Somos também a classe que tudo produz, que tudo movimenta e que com suor e sacrifícios arrancamos da terra e do mar aquilo que produzimos nas fábricas mas que, por não serem nossas são uma fonte de riqueza para os burgueses capitalistas e uma fonte de exploração e pobreza para a nossa classe.

Fomos e estamos a ser utilizados pela classe burguesa como simples objectos sem vontade própria e que eles tentam manobrar como um pastor manobra as suas ovelhas. Mas nós não somos ovelhas. Somos homens com vontade própria e começamos a saber o que queremos. Chegou o momento de acabar com a impressão de que só os «Doutores» conseguem resolver os nossos problemas. Chegou o momento de demonstrar, e já demonstrámos que, quando unidos, conseguimos resolver todos os nossos problemas.

Se não temos instrução.
Se não temos uma habitação em condições.
Se não temos assistência médica condigna.

Se não nos alimentamos como gente.
Se não temos transportes colectivos eficientes.

Se temos uma vida extremamente difícil, é só e só PORQUE TEMOS SIDO GOVERNADOS POR BURGUESES CAPITALISTAS.

Mas de quem é a culpa?... Serão só os burgueses os culpados? É verdade que são eles os grandes causadores do nosso mal. Mas, camaradas, nós também temos alguma culpa. E porquê? Porque ainda não soubemos organizar-nos de modo a dispor de toda a nossa força. Mas uma vez afirmamos, CHEGOU O MOMENTO DE CONQUISTAR A NOSSA INDEPENDÊNCIA NA CONDUÇÃO DA NOSSA ORGANIZAÇÃO.

Camaradas, o que propomos é a criação de um CENTRO OPERÁRIO, onde nós OPERÁRIOS, CAMPONESES, PESCADORES, E TODOS OS EXPLORADOS nos possamos encontrar para expor as nossas ideias, onde perguntando a nós próprios poderemos obter respostas justas, porque só a nossa classe as poderá dar.

Será um centro operário aberto para todos nós, sem discriminação, mas fechado a todos os que nos exploram. Nós não acreditamos nos burgueses exploradores, mesmo que estes nos tentem convencer com palmadinhas nas costas e sorrisos cínicos. Acreditamos sim, na força e capacidade da nossa classe.

Camaradas, a todos pedimos que analisem profundamente o que este comunicado propõe. A todos pedimos que se esforcem por sentir a importância de um CENTRO OPERÁRIO que nos permita encontrar sempre que necessário.

Que nos permita conviver na base de princípios sérios.

Que nos permita reconhecer que sem a nossa iniciativa e a nossa união não é possível construir-se um homem novo, não é possível construir-se justiça, não é possível construir-se uma sociedade onde

camaradagem, paz, liberdade não sejam palavras sem sentido.

E preciso avançarmos de mãos bem apertadas.

E preciso combatermos as injustiças. E preciso construirmos uma sociedade onde nos seja permitido caminhar de pé.

E preciso mantermos o pensamento sempre activo.

Camaradas:

Um grupo de trabalhadores de várias empresas começou por dinamizar o CENTRO OPERÁRIO que representará a UNIDADE da classe operária, camponesa e de pescadores, e cujo fim principal será o esclarecimento e politização sem interferência de nenhum partido. O CENTRO OPERÁRIO é teu, por isso camarada oferece para ele o teu dia de trabalho (domingo) pois estás assim a defender os teus interesses contra a burguesia capitalista.

O TEU DIA DE TRABALHO PARA A DEFESA DE TODOS OS EXPLORADOS

PELA UNIDADE ENTRE OPERÁRIOS, CAMPONESES E PESCADORES

A EMANCIPAÇÃO DOS EXPLORADOS E OBRA DOS PROPRIOS EXPLORADOS

VAMOS CONSTRUIR O NOSSO CENTRO OPERÁRIO

VAMOS FAZER DELE UMA REALIDADE

Camaradas, muito temos a dizer aos outros. A nossa sede é na RUA DR. ESTEVAM DE VASCONCELOS, N.º 49, 1.º — SETÚBAL.

Um grupo de Operários

Do jornal da Greve (suspensa) dos Trabalhadores da EFACEC/INEL — Lisboa, n.º 26, de 30 de Setembro, transcrevemos:

Os operários da EFACEC na Siderurgia Nacional tomam posição face às horas extraordinárias ao Sábado

Cerca de 10 camaradas operários do estaleiro da EFACEC na Siderurgia Nacional, deslocaram-se à sede da empresa com vista à resolução de problemas que os afectavam.

A questão principal que os afectava era as condições de trabalho ao sábado.

Ora, segundo o «Contrato Colectivo de Trabalho dos Fabricantes de Material Eléctrico» temos na cláusula 30.ª, o seguinte:

1. «Considera-se trabalho extraordinário o trabalho prestado fora do período normal diários.

A cláusula 31.ª refere o seguinte:

3. «Nos casos de força maior poderão, no entanto, os trabalhadores prestar mais do que duas horas de trabalho extraordinário consecutivo, tendo, neste caso, direito a descanso no dia útil seguinte à respectiva prestação de trabalho extraordinário.»

Perante o que está escrito nestas cláusulas é evidente que o trabalho efectuado ao sábado, sendo mais que duas horas, fica abrangido pela cláusula 31.ª, e os operários têm direito ao dia útil a seguir a este trabalho.

É evidente que a empresa não encara assim o problema. O Dr. Pina, chefe dos «Administrativos», presente nesta reunião com os operários da EFACEC na Siderurgia, e representando a opinião da empresa sobre o problema em questão, adiantou que o trabalho ao sábado não era trabalho extraordinário, mas sim «trabalho em dia de descanso» e portanto não estando abrangido pela referida cláusula.

Ora isto não é mais do que uma saída para «lixar» os operários.

A perspectiva com que os operários encaram este problema é a seguinte: todo o trabalho que se efectua fora do horário normal de trabalho é, de facto, trabalho extraordinário, e portanto com as garantias a ele inerentes.

Dizendo não a este dia de descanso a que os trabalhadores têm direito, lá ia o dr. Pina contando as suas histórias, enquanto os operários presentes enfadados com tais histórias resolveram consultar o Sindicato para este expressar a sua opinião sobre o assunto.

Não podem os operários estar à espera que a empresa resolva os problemas segundo a vontade dos trabalhadores, estes é que devem exigir e definir peremptoriamente as suas condições de trabalho.

Sobre esse campo não devemos esquecer que o nosso caderno reivindicativo ainda não foi aprovado totalmente pelo que devemos confirmar e exigir da parte da empresa o seu cumprimento total.

Os camaradas operários do estaleiro da Siderurgia pedem-nos portanto para transmitir a todos os operários da EFACEC-INEL para só aceitarem trabalho ao sábado desde que seja satisfeita a condição do descanso no dia útil seguinte.

Entretanto, todos os camaradas que fazem mais do que onze horas diárias de trabalho, têm também direito a um dia de descanso previsto na cláusula 31.ª.

Sobre outras questões levantadas na reunião ficou assente que o re-tractivo dos ordenados previsto neste contrato era a partir do início de Março, e não, a partir de 26 de Junho conforme estava a ser efectuado.

SÓ A CLASSE OPERÁRIA ORGANIZADA PODERÁ RESOLVER OS SEUS PROBLEMAS!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

Também se viu que vários operários tinham recebido o subsídio de férias com base no vencimento antigo e que têm direito a um subsídio de férias igual ao ordenado actual pelo que devem reclamar a diferença.

DEIXAMOS A OCUPAÇÃO MAS A GREVE CONTINUA!

1— Desde 1 de Agosto que temos ocupado as instalações do GPA como meio para forçar a administração a aceitar o saneamento da secretária, a garantir que não faria despedimentos e a regulamentar minimamente as relações de trabalho (salário mínimo de 4500\$00, actualização de vencimentos com redução do leque salarial, inscrição na Previdência, subsídio de férias igual para todos). Desde 1 de Agosto que se têm multiplicado as pressões de toda a ordem para desocuparmos as instalações: é um dos patrões que tenta por duas vezes forçar a entrada, são dois representantes sindicais que começam por propor o levantamento da greve para se entrar em negociações com os patrões, são diversos elementos que vieram mais tarde a furar a greve que atacam desde o princípio e sistematicamente a ocupação, é a «Lei da Greve» que proíbe as ocupações e é o Ministério do Trabalho que, a partir de meados de Setembro insiste repetidamente na ilegalidade da ocupação e que chegou, em dada altura, a dar-nos um prazo de 24 horas para desocuparmos as instalações. Por fim, é a administração que, baseando-se na posição do Ministério do Trabalho, põe como condição para negociar a desocupação prévia das instalações.

AS RAZÕES DA OCUPAÇÃO

2— Ora nós, quando ocupamos as instalações do GPA foi porque as circunstâncias nos forçaram a isso e não porque tivéssemos eleito esta forma de luta como privilegiada em relação a qualquer outra. Em primeiro lugar, sabíamos já que os patrões iriam levantar fortes obstáculos à resolução do conflito que se tinha gerado, justamente porque fazia parte dos seus planos despedir diversos trabalhadores do atelier mal este encerrasse para férias (o que aconteceria a 8 de Agosto). É de notar que, em anos anteriores, apesar de haver um volume de trabalhos para entrega, nesse período, muito maior do que havia este ano, o atelier nunca tinha encerrado para férias.

Em segundo lugar, num local de trabalho como o GPA, em que seria previsível que os mais privilegiados se marginalizassem em relação ao conflito ou então pretendessem tomar um papel activo pondo-se mais ou menos abertamente ao lado dos patrões, conforme se veio a verificar, nestas circunstâncias só a ocupação das instalações permitia congregar aqueles que, de entre nós, estavam mais reacios de possíveis represálias por parte dos patrões (despedimentos, que a única maneira de tentarmos evitar era a nossa luta colectiva) ao mesmo tempo que limitava a possibilidade de manobras dos patrões e dos que a eles se iam aliar para tentarem prosseguir com o trabalho.

Nos sabíamos já que os patrões não aceitavam qualquer posição colectiva dos «seus» trabalhadores. Já em Maio tinhamos tido uma primeira reunião boicotada por um dos administradores que, abusando da boa fé de alguns de nós, impunham a sua presença, interrompiam intempestivamente as intervenções pretendendo orientar a discussão como lhes interessava; e isto, acompanhado por insinuações e ameaças veladas por parte da secretária da administração cujo saneamento nós exigimos. Provavelmente já nessa altura a administração tinha começado a pensar em despedir alguns de nós. Já por essa altura o futuro dos trabalhos públicos, confiados aos patrões pelo Governo de Marcelo Caetano, se mostrava bastante incerto por causa das alterações e indefinições na nova política urbanística. Os chorudos lucros dos patrões ameaçavam reduzir-se e teria que haver um aumento de produtividade do trabalho necessariamente precedido de umas «reduções de despesas». Quando, ao ser-nos anunciada a novidade que era o encerramento do atelier para férias, alguns de nós exigiram a um dos patrões garantias de que não iria haver despedimentos, este insultou quem se lhe dirigia.

O despedimento de um camarada nosso e os termos em que foi feito, apontaram-nos como sendo o primeiro da «lista negra» de que a secretária da administração vinha a divulgar alguns nomes. Isto acabou por nos decidir. Todas estas circunstâncias, conjugadas com a necessidade de impedir que os trabalhos em curso fossem levados para outros locais pelos patrões, tornaram a ocupação das instalações na única medida com um mínimo de eficácia possível.

Leis que a Lei desconhece! A nós, o que nos guia é a maior ou menor eficácia das medidas que adoptamos para a defesa dos nossos interesses. Esta é a nossa lei. Mas a «Lei da Greve» proíbe terminantemente a ocupação das instalações.

A GREVE CONTINUA

3— O processo utilizado foi sendo desde logo posto em causa, como era previsível, pelos mais privilegiados e ligados à administração. O processo era «anti-democrático», como «anti-democráticos» era impedir que os patrões entrassem no atelier, como «democráticos», eram as tentativas para entrar e de um reles «furas», um estudante de arquitectura chamado Vaz Pires, para lhes abrir a porta; para os patrões, os trabalhadores que impunham a sua vontade maioritária nas Assembleias Gerais, que decidiram manter a luta pelas reivindicações, que não permitiam a submissão que alguns pretendiam aos interesses dos patrões, esses, eram «uma minoria não representativa», movida «por interesses inconscientes» a cujas reivindicações só se podia responder, como o fez o Arq. Maurício de Vasconcellos depois de uma tentativa frustrada para que o COPCON forçasse a desocupação, com a condição prévia do «saneamento» de mais sete trabalhadores para entrar em negociações. Foi, portanto, esta a primeira condição que pusemos para entrarem em negociações.

O Ministério do Trabalho passa a dizer que não pode fazer nada enquanto não se comprovar a nossa representatividade. Depois de uma série de manobras dos patrões, que tinham o descaramento de apresentar uma lista de trabalhadores que incluía colegas que estavam na tropa, incluía contratantes de trabalhos que eram proprietários de outras empresas, etc., perfazendo um número astronómico, em relação ao qual nós seríamos uma minoria, claro, — ao fim de sucessivas reuniões acabamos por comparecer num PLENÁRIO convocado pelo Ministério do Trabalho e aí comprovamos que eramos a maioria (e a ultrapassávamos largamente) dos trabalhadores do GPA e votámos e aprovámos de novo as reivindicações básicas.

A partir desta altura a administração passa a insistir em que a desocupação do atelier é condição prévia para se entrar em negociações e recusa-se a pronunciar-se sobre qualquer dos pontos reivindicativos. É o Ministério do Trabalho diz que, estando nós numa situação ilegal, porque a «Lei da Greve» proíbe as ocupações, não pode fazer nada.

Quando os patrões retiram material do atelier anexo, e tentam distribuir alguns indivíduos que furaram a greve e põ-los a trabalhar, (porque até agora, embora não estivessem a trabalhar, recebiam os seus ordenados, ao contrário de nós — os patrões pagaram aos «seus» trabalhadores), aos «bons trabalhadores» e recusam negociações com os que têm a ousadia de se lhes apresentarem colectiva e autonomamente) — quando isto acontece, o Ministério do Trabalho diz que nada pode fazer, porque a «ocupação é ilegal» ou seja, «as ilegalidades dos patrões são subtilmente legais enquanto os trabalhadores estiverem numa situação de ilegalidade». Eis para que servem estas leis democráticas: para os patrões se servirem delas, para garantir a defesa dos interesses dos patrões.

Quando nós procurámos o Arq.º Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, de quem dependem os trabalhos públicos que estão a cargo dos nossos patrões, para estudar a possibilidade de resolução do problema por intervenção estatal, o Arq.º Nuno Portas, baseado em calúnias acerca da nossa luta, recusa-se a receber a Comissão nomeada para contactar com ele.

Quando procurámos solidariedade no sector deparámos com reticências provocadas pelo individualismo e comodismo quase generalizados apesar de, em alguns casos, aqueles a quem nos dirigimos estarem também na eminência de serem vítimas de despedimentos e de outras arbitrariedades. Para essas reticências não foi pequena a contribuição de uns tantos furas que ocuparam com os patrões o atelier anexo e que caluniavam sistematicamente a nossa luta.

A utilização demagógica, por parte dos patrões, do facto de haver ordenados altos no atelier, quando é sabido que os ordenados no atelier vão de dois contos em full-time a trinta contos em part-time e que nós somos os que ganhamos menos, em média, aqui dentro, e também que as nossas reivindicações alteram praticamente só os ordenados mais baixos (exigimos um salário mínimo de 4500\$00) é mais um facto a contribuir para a nossa dificuldade em obter fundos.

Trabalhos para tentar subsistir não arranjam; as autarquias locais, ou a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo também não nos resolviam o problema. O dinheiro das vendas dos jornais de greve foi pouco ou nada em relação às necessidades. Fundos do Ministério do Trabalho, ou dos Sindicatos, da Intersindical, ou mesmo de Partidos Políticos, nada! A possibilidade de cada um pedir empréstimos esgotam-se depois do primeiro, que não foi pago, e os preços não deixam de subir por causa disso. E os patrões recusam-se a negociar, o Ministério do Trabalho dá-lhes os argumentos e a nós diz-nos que «não pode fazer nada enquanto estivermos em ocupação»; riem-se-nos na cara, dizendo que «se quisermos podemos ir receber o mês de férias» — querem considerar o mês de Agosto, em que nós estivemos em greve, como se fosse um mês de férias.

Ora nós não andamos aqui a brincar. Nós podemos ser poucos em relação ao número de operários de uma fábrica, por exemplo. Os patrões podem fazer as manobras que quiserem utilizando para isso a capacidade de resistência que lhes dão o dinheiro e os conhecimentos na alta roda da política e dos «Ministérios Democráticos». Podem eventualmente derrotar-nos momentaneamente nesta luta em que estamos empenhados. De momento, são eles que têm as armas para isso. Apontam-nos uma pistola à barriga e dizem-nos «a bolsa ou a vida». Nós damos a bolsa para salvar a vida. Mas aí do ladrão! Os trabalhadores não brincam!

Apontam-nos uma Lei e ameaçam-nos com a força: o Ministério do Trabalho diz que nada faz enquanto a ocupação durar e diz que este problema já passou para o Ministério da Administração Interna (teria transitado para este Ministério no 3.º feira dia 16 de Outubro).

Segundo todos eles, enquanto a Lei da Greve for Lei (e até pela Intersindical já é contestada) é para ser cumprida. A seguir a esta pode vir outra. Mas isso pouco importa, o que importa é que esta se cumpra. Assim nos vemos forçados a desocupar as instalações. Falo-nos na 2.ª feira, dia 21, às 15 horas.

MAS A GREVE CONTINUA! Vejamos o que nos fazemos com as «Leis Democráticas» e que fará o Ministério do Trabalho. A GREVE CONTINUA ATÉ A SATISFAÇÃO DAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES!

EIS O QUE NÓS EXIGIMOS AOS NOSSOS PATRÕES:

Trabalhadores do GPA

Em Amarante operários organizam-se

Logo após o 25 de Abril, algumas empresas do sector metalúrgico procederam ao despedimento de alguns aprendizes. A esta posição das entidades patronais não conseguiram as operárias dar resposta imediata. E de salientar a posição do Sindicato dos Metalúrgicos que preferiu tratar a reacção com carinho, a apolar as iniciativas dos operários na luta contra os seus exploradores.

Os camaradas metalúrgicos da «Tabopam» — indústria de madeiras com mais de 2000 operários e dirigida pelo ex-deputado fascista Gonçalves de Abreu — paralizaram o trabalho na secção metalúrgica, durante duas horas, para readmissão de dois camaradas despedidos.

Neste momento os operários lutam pelo cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho. Consideram os operários que estão esgotadas todas as possibilidades junto das entidades patronais, quer efectuadas directamente,

quer por intermédio dos sindicatos, esperando numa última tentativa de resolução do problema, que o Ministério do Trabalho actue. Fimda esta última hipótese os trabalhadores actuarão de modo a impor os seus direitos.

Há empresários que nesta altura ainda negam a validade dos Contratos Colectivos e do próprio Governo. Neste contexto será difícil continuar a impedir os operários na sua luta contra os patrões.

Conscientes da sua força e com forte consciência de classe, os camaradas de Amarante lançaram-se na formação duma «Comissão Operária», que reunirá todos os trabalhadores de todas as profissões numa base apertadíssima; assim todos poderão lutar contra o inimigo comum — o capital.

Esperamos dentro em breve dar a conhecer em pormenor o trabalho desta «Comissão Operária».

(Correspondente — 22-10-74)



N.º ESPECIAL DO JORNAL DE GREVE DA «SOARES DA COSTA»

A polícia fascista prende e espanca operários em greve

Trabalhadores e operários, Camaradas:

Nós, operários da Construção Civil na obra da Mutual, estamos em greve há cerca de sete semanas exigindo salários dignos e melhores condições de trabalho. Na obra somos a maioria que quer a greve pois é a única forma de fazermos valer os nossos direitos contra a exploração.

Todas as noites a obra ficava guardada por camaradas que vigiavam as entradas e o material. O fascista Soares da Costa tem tentado tudo para nos esmagar: pagando à imprensa e à rádio para calar a nossa voz; ameaçando despedir pessoal, pagando a reacção para furar a greve, etc. Este fascista que engordou com o nosso suor e sangue mostra que tem poder e está bem protegido pelas autoridades.

Camaradas: a reacção fascista continua e temos que a esmagar!

Hoje, às 6 h e meia da manhã, estavam catorze operários de vigilância à obra quando foram surpreendidos por um bando de cerca de 100 polícias que chicoteando e insultando os nossos camaradas os enfiaram dentro de carrinhos sem sequer dar tempo a que se vestissem. Alguns descalços, outros sem roupa foram espancados mais uma vez dentro dos carros por estes assassinos da PSP. Os fascistas levando-nos para a prisão enquanto nos batiam diziam, «Estão vocês julgam que a polícia morreu? Mas a polícia está pior do que antes do 25 de Abril», «O 25 de Abril fez-vos mal, agora somos nós que mandamos!»

Dentro da esquadra destes bandidos, os nossos camaradas foram enfiados,

descalços e sem roupas, às 7 horas da manhã em celas húmidas e terraços de cimento, sendo interrogados: «Então quem são os cabeceilhas?», «Diz-me lá a que Partido é que pertences? Quem é que está por detrás disso?», «Quem é que leva lá os jornais a «Voz do Fovo» que nós depois tratamos deles?». Os nossos camaradas firmemente responderam que não havia partidos e que os cabeceilhas eram todos.

Enquanto os nossos camaradas continuavam presos, os carrascos da PSP sob as ordens do Soares da Costa e do Governo Civil impediam os ajustamentos em frente à obra e como nos velhos tempos diziam «nada de reuniões na rua, dispersar, senão estamos mal!». Enquanto isto, o Soares da Costa faz entrar operários de outras obras e alguns fura-greves que iniciaram o trabalho sob a protecção dos fascistas.

Camaradas: os fascistas continuam na rua e ainda têm poder. Depois da vitória popular do 28 de Setembro, os fascistas começam novamente a levantar a cabeça sob a protecção das autoridades. É preciso aumentar a vigilância e passar à ofensiva.

Exijamos que os fascistas da PSP sejam postos fora da obra. Este é o primeiro passo para que estes rafeiros sejam desmantelados.

Exijamos a saída imediata da obra dos operários estranhos à obra.

A greve continua! Unidos contra o fascismo e contra a exploração capitalista venceremos!

CAMARADAS:

A LUTA PERTENCE A TODO O POVO!

ESMAGUEMOS OS FASCISTAS!

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo indicada:

NOME: _____

MORADA: _____

LOCALIDADE: _____

PROFISSÃO: _____

ASSINATURA: Semestral (26 números) (60\$00)

Anual (52 números) (120\$00)

Apoio (anual) (200\$00)

PAGAMENTO: Em cheque

Em vale dos CTT em nome da Directora

Pagamento adiantado: Recorta e envia num postal para: Av. Santos Dumont, 48, r/c-D. - LISBOA

CONTRA OS DESPEDIMENTOS

ALGUMAS LUTAS EM FRANÇA EM 1969

Tem-se verificado em Portugal uma vaga de despedimentos a que os trabalhadores têm respondido com diversas formas de luta.

Assim, assistimos às lutas dos trabalhadores de empresas de capital estrangeiro que apenas buscavam a exploração de uma mão-de-obra barata em Portugal (Charminha, Sogantal, Naturana, Applied Magnetics, etc.), de pequenas empresas que não puderam suportar a imposição do salário mínimo (caso das muitas empresas metalúrgicas e têxteis), na construção civil pela suspensão dos investimentos neste sector (Soares da Costa, Torralta, etc.), nas empresas em que foram efectuadas reestruturações por imperativos de aumento de rentabilidade e ainda todos os despedimentos selectivos contra os trabalhadores mais activos na defesa dos seus interesses de classe (TAP, Texenaiha, e tantas outras).

Situações como estas são o dia a dia do capitalismo, aqui como noutros países.

Vamos apresentar alguns exemplos da luta travada pelos trabalhadores em França durante o ano de 1969, contra os despedimentos.

Estas lutas possuem como ponto comum fundamental, a intervenção activa de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não (em França a sindicalização é livre) que conduzem e controlam eles mesmos a sua luta. Por vezes a luta é levada até ao ponto em que o patronato é colocado perante o facto consumado: não se negocia, toma-se. As negociações posteriores servem apenas para ratificação, dada pelo patronato, da decisão colectiva dos trabalhadores.

I. LUTA TRAVADA PELOS TRABALHADORES NA CODER (empresa metalúrgica de Marselha — Novembro de 1969)

Esta empresa praticava um sistema de emprego particularmente selectivo; antes do emprego definitivo, os operários e restantes empregados estavam sujeitos a um contrato de trabalho provisório renovado mensalmente durante seis meses, altura em que o contrato passava a ser definitivo. Este tipo de contrato é usual em fábricas de mão-de-obra sem qualificação, que praticam uma taxa de renovação particularmente elevada.

Em 1969, 1000 trabalhadores em 2000 deixaram a empresa antes de atingirem o contrato definitivo.

Em Maio/Junho de 1968, um Comité de Acção apoiado pelas organizações do Bairro levou a cabo uma greve vitoriosa.

Em Novembro de 1969 dois operários marcados como activistas viram o seu contrato de trabalho não renovado. Os operários das oficinas e restantes empregados solidarizaram-se com os camaradas despedidos decidindo entrar em greve geral. Entre as várias reivindicações apresentadas (salários, prémios de fim de ano, etc.) salientamos a readmissão dos dois camaradas despedidos e redução do contrato de trabalho provisório para um mês.

A greve decidida e conduzida em completa democracia pela totalidade dos trabalhadores durou 11 dias, e teve vitória completa nestas duas reivindicações.

II. LUTA NOS ESTABELECIMENTOS QUILLERY (fábrica de equipamentos de automóveis em La Garenne-Colombes)

Nesta fábrica de 600 trabalhadores, 300 eram argelinos.

Após o despedimento de 1 trabalhador argelino, todos os seus compatriotas e os operários franceses sindicalizados na C. F. D. T. (Central Sindical ligada ao Partido Socialista Unificado-PSU) declararam uma greve ilimitada (que acabou por durar 17 dias).

Apesar da recusa da C. G. T. (Central Sindical ligada ao Partido Comunista Francês-PCF) de se associar à greve, a direcção da empresa capitula, readmite o trabalhador despedido e paga 50% das horas de greve.

III. LUTA DOS TRABALHADORES DOS ESTABELECIMENTOS ALMES (fábrica de botões Nacryl, situada no Sul de França)

Esta fábrica vinha sendo administrada de forma catastrófica pelo patronato. Só conseguia sobreviver porque não pagava os seus impostos, nem as contribuições para a Segurança Social (correspondente às nossas Caixas de Previdência).

Em 1969 a U.R.S.S.A.F., organismo estatal a quem os Estabelecimentos Almes devem 90 milhões de francos (antigos), põe-lhe uma acção judicial de liquidação. Uma empresa paralela, fundada pelo patrão, a S.E.C.O.M., aceita retomar a exploração da fábrica, com a condição prévia de poder despedir uma parte do pessoal.

Como resposta os trabalhadores dos Estabelecimentos Almes entram em greve com ocupação exigindo trabalho para todos.

Ao fim de alguns dias a S.E.C.O.M. cede, contratando todos os trabalhadores.

IV. A S.N.E.C.M.A. (com fábricas em Villaroche e Corbell, nos arredores de Paris)

As lutas travaram-se em Novembro de 1969 contra a perspectiva de despedimento de 755 trabalhadores.

Na fábrica de Villaroche, a luta foi conduzida e organizada pelos trabalhadores no seu conjunto e revestiu as seguintes formas:

- Assembleias gerais diárias onde se decide a acção para o dia seguinte (prosseguimento da greve);
- Constituição de Grupos de Trabalho, organizados em função das diferentes tarefas da fábrica e encarregados de levar as suas conclusões à assembleia geral.

A acção negativa dos Sindicatos travou a extensão da luta a outras fábricas, nomeadamente Corbell. Mesmo em Villaroche não se conseguiu a eleição do Comité de Greve eleito por todos, apesar da proposta nesse sentido feita pelos 6 Grupos de Trabalho.

As manifestações de rua que se efectuaram desempenharam um papel muito importante como forma de apoio e divulgação da luta desenvolvida pelos trabalhadores.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados. Queremos, no entanto, salientar que este período caracterizou-se por novas formas de luta: greve imediata decidida por todos os trabalhadores, antes de qualquer negociação, ocupação dos locais de trabalho, organização activa da solidariedade das empresas dos arredores e explicação política da necessidade das lutas.

A mais espectacular luta contra um despedimento colectivo passou-se na Manufrance de Saint-Etienne:

V. MANUFRENCE (célebre fábrica de armas e outros produtos)

A 17 de Novembro, no seguimento de um conflito sobre salários e condições de trabalho do pessoal feminino, os trabalhadores ocupam a fábrica.

A direcção da empresa responde à acção dos trabalhadores, despedindo 1180 operários e outros empregados, incluindo os delegados sindicais (o total dos trabalhadores era de 2400).

A 26 de Novembro, ao apelo de todos os Sindicatos, todas as fábricas de Saint Etienne paralizam o trabalho e ocupam as ruas da cidade durante todo o dia. Por pressão de outros patrões da cidade e do Município (que é accionista da empresa), a Manufrance não só anula os

despedimentos como aceita uma parte das reivindicações.

Os trabalhadores franceses nas lutas que acabámos de descrever souberam conduzir a acção através de decisões colectivas estabelecidas na base e controladas democraticamente o que permitiu:

- a) Ultrapassar a estrutura hierarquizada e burocratizada dos sindicatos, através da acção colectiva de todos os trabalhadores sindicalizados ou não (por exemplo, as formas de organização estabelecidas pelos trabalhadores da S. N. E. C. M. A. de Villaroche);
- b) Desenvolver uma solidariedade activa contra os despedimentos.

Todas estas lutas foram vitoriosas. Significa isto que o capitalismo francês saiu enfraquecido?

Em qualquer país qual o real significado para o capitalismo de uma greve numa empresa ou em qualquer sector parcelar da economia?

E qual o seu significado para a classe operária?

A economia capitalista no seu conjunto não sai ameaçada ou debilitada economicamente de uma greve.

Independentemente dos problemas de empresas capitalistas particulares, que podem não resistir às dificuldades de uma luta reivindicativa vitoriosa (principalmente quando já se encontram enfraquecidas por outros motivos), o sistema de exploração capitalista mantém-se enquanto não for ameaçada no seu conjunto. Sob este aspecto não interessa quem é o patrão que explora, o que interessa é que há sempre patrões para explorar.

Mas é no desenvolvimento prático da luta que os trabalhadores criam novas formas de organização, que são o germen das novas instituições sociais, aumentam a sua consciência política, compreendem melhor o seu papel de classe.

Esta é a principal acção das lutas reivindicativas particulares contra o sistema capitalista em geral.

Exemplos de lutas retiradas de Serge Mallet, in *Le pouvoir ouvrier, bureaucratie ou démocratie ouvrière*, ed. Anthropos, Paris, 1971).

NO PRÓXIMO NÚMERO SERÁ PUBLICADA UMA MESA-REDONDA EM QUE PARTICIPARAM TRABALHADORES DA AC/TRÓIA, GPA, SETENAVE E TAP, ONDE SE ABORDAM AS LUTAS AUTÓNOMAS DOS TRABALHADORES

